

Boletim do Trabalho e Emprego

25

1.ª SÉRIE

Propriedade: Ministério para a Qualificação e o Emprego
Edição: Direcção de Serviços de Informação Científica e Técnica

Preço 362\$00
(IVA incluído)

BOL. TRAB. EMP.	1.ª SÉRIE	LISBOA	VOL. 63	N.º 25	P. 889-934	8 - JULHO - 1996
-----------------	-----------	--------	---------	--------	------------	------------------

ÍNDICE

Pág.

Regulamentação do trabalho:

Portarias de extensão:

- PE das alterações salariais aos CCT (administrativos) entre a ANIA — Assoc. Nacional dos Industriais de Arroz e outras e a FEPGES — Feder. Portuguesa dos Sind. do Comércio, Escritórios e Serviços e outra e entre as mesmas associações patronais e a FETESE — Feder. dos Sind. dos Trabalhadores de Escritório e Serviços e outros 893
- PE das alterações ao CCT entre a Assoc. dos Industriais de Panificação do Alto Alentejo e outra e a FETESE — Feder. dos Sind. dos Trabalhadores de Escritório e Serviços (administrativos/Sul) 894
- PE das alterações aos CCT (armazéns) entre a AEVP — Assoc. dos Exportadores de Vinho do Porto e outras e o Sind. dos Trabalhadores da Ind. e Comércio de Bebidas da Região Norte e Centro e outro, entre as mesmas associações patronais e a FETESE — Feder. dos Sind. dos Trabalhadores de Escritório e Serviços e outro, entre as mesmas associações patronais e a FEPGES — Feder. Portuguesa dos Sind. do Comércio, Escritórios e Serviços e outra e, finalmente, entre as mesmas associações e o SETAA — Sind. da Agricultura, Alimentação e Florestas 894
- PE das alterações aos CCT (administrativos e vendas) entre a AEVP — Assoc. dos Exportadores de Vinho do Porto e outras e o Sind. dos Trabalhadores da Ind. e Comércio de Bebidas da Região Norte e Centro, entre as mesmas associações patronais e a FEPGES — Feder. Portuguesa dos Sind. do Comércio, Escritórios e Serviços, entre as mesmas associações patronais e o SITEC — Sind. dos Trabalhadores de Escritório, Serviços e Comércio e outros e, finalmente, entre as mesmas associações patronais e o SETAA — Sind. da Agricultura, Alimentação e Florestas 895
- PE das alterações ao CCT entre a ANIMO — Assoc. Nacional dos Industriais de Mosaicos Hidráulicos e a FETICEQ — Feder. dos Trabalhadores das Ind. Cerâmica, Vidreira, Extractiva, Energia e Química e outra 896
- PE das alterações aos CCT (barro vermelho) entre a ANIBAVE — Assoc. Nacional dos Industriais de Barro Vermelho e outra e a Feder. dos Sind. das Ind. de Cerâmica, Cimento e Vidro de Portugal e outros e entre a CIBAVE — Assoc. da Ind. de Cerâmica da Região de Aveiro e outra e a FETICEQ — Feder. dos Trabalhadores das Ind. Cerâmica, Vidreira, Extractiva, Energia e Química 897
- PE das alterações aos CCT entre a Assoc. dos Comerciantes de Pescado e o SINDEPESCAS — Sind. Democrático das Pescas e outros e entre a mesma associação patronal e a FEPGES — Feder. Portuguesa dos Sind. do Comércio, Escritórios e Serviços 898

— Aviso para PE das alterações ao CCT entre a Assoc. de Agricultores ao sul do Tejo e o SETAA — Sind. da Agricultura, Alimentação e Florestas	898
— Aviso para PE das alterações aos CCT (pessoal fabril — Sul) entre a AIBA — Assoc. dos Industriais de Bolachas e Afins e outra e a FETICEQ — Feder. dos Trabalhadores das Ind. Cerâmica, Vidreira, Extractiva, Energia e Química e entre a mesma associação patronal e a FSIABT — Feder. dos Sind. dos Trabalhadores das Ind. de Alimentação, Bebidas e Tabacos	899
— Aviso para PE das alterações ao CCT entre a APEQ — Assoc. Portuguesa das Empresas Químicas e outras e o SITEMAQ — Sind. da Mestrança e Marinhagem da Marinha Mercante e Fogueiros de Terra e outro	899
— Aviso para PE das alterações ao CCT entre a Assoc. Portuguesa das Ind. de Malha e Confecção e outras e a FEPGES — Feder. Portuguesa dos Sind. do Comércio, Escritórios e Serviços	899
— Aviso para PE das alterações ao CCT entre a ANIPC — Assoc. Nacional dos Industriais de Papel e Cartão e o SINDEGRAF — Sind. Democrático dos Gráficos, Papel e Afins	900

Convenções colectivas de trabalho:

— CCT entre a AIPGN — Assoc. dos Industriais de Pedra do Norte e a Feder. Nacional dos Sind. da Construção, Madeiras, Mármore e Materiais de Construção — Alteração salarial e outra	900
— CCT entre a ANIL — Assoc. Nacional dos Industriais de Lacticínios e várias cooperativas de produtores de leite e a FETESE — Feder. dos Sind. dos Trabalhadores de Escritório e Serviços e outro — Alteração salarial e outras	901
— CCT entre a ANIL — Assoc. Nacional dos Industriais de Lacticínios e várias cooperativas de produtores de leite e a SITESC — Sind. dos Trabalhadores de Escritório, Serviços e Comércio — Alteração salarial e outras	902
— CCT entre a AIBA — Assoc. dos Industriais de Bolachas e Afins e outra e a FSIABT — Feder. dos Sind. dos Trabalhadores das Ind. de Alimentação, Bebidas e Tabacos (pessoal fabril — Norte) — Alteração salarial e outras	904
— CCT entre a AIT — Assoc. dos Industriais de Tomate e a FSIABT — Feder. dos Sind. dos Trabalhadores das Ind. de Alimentação, Bebidas e Tabacos e outros — Alteração salarial e outras	905
— CCT entre a Assoc. Portuguesa das Ind. de Malha e Confecção e outras e a FEPGES — Feder. Portuguesa dos Sind. do Comércio, Escritórios e Serviços — Alteração salarial e outras	907
— CCT entre a APEQ — Assoc. Portuguesa das Empresas Químicas e outras e o SITEMAQ — Sind. da Mestrança e Marinhagem da Marinha Mercante e Fogueiros de Terra e outro — Alteração salarial e outras	908
— CCT entre a APC — Assoc. Portuguesa de Cerâmica (barro branco) e a FETICEQ — Feder. dos Trabalhadores das Ind. Cerâmica, Vidreira, Extractiva, Energia e Química — Alteração salarial	909
— CCT entre a APC — Assoc. Portuguesa de Cerâmica (barro branco) e a Feder. dos Sind. das Ind. de Cerâmica, Cimento e Vidro de Portugal e outros — Alteração salarial e outra	910
— CCT entre a APC — Assoc. Portuguesa de Cerâmica (barro branco) e a FEPGES — Feder. Portuguesa dos Sind. do Comércio, Escritórios e Serviços e outra (administrativos) — Alteração salarial	913
— CCT entre a APC — Assoc. Portuguesa de Cerâmica (barro branco) e a FETESE — Feder. dos Sind. dos Trabalhadores de Escritório e Serviços (administrativos) — Alteração salarial	914
— CCT entre a APC — Assoc. Portuguesa de Cerâmica (barro branco) e o SITESC — Sind. dos Trabalhadores de Escritório, Serviços e Comércio (administrativos) — Alteração salarial	915
— CCT entre a ARAN — Assoc. Nacional do Ramo Automóvel e outra e o SIMA — Sind. das Ind. Metalúrgicas e Afins — Alteração salarial e outra	916
— CCT entre a Assoc. Comercial dos Concelhos de Oeiras e Amadora e outras e o CESL — Sind. dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços e outros — Alteração salarial	917
— CCT entre a AÇOMEFER — Assoc. Portuguesa dos Grossistas de Aços, Metais e Ferramentas e o SITESC — Sind. dos Trabalhadores de Escritório, Serviços e Comércio — Alteração salarial	919
— CCT entre a ARESP — Assoc. dos Restaurantes e Similares de Portugal e a FETESE — Feder. dos Sind. dos Trabalhadores de Escritório e Serviços — Alteração salarial e outras	921
— CCT entre a Assoc. Portuguesa de Electroencefalografia e Neurofisiologia Clínica e a FETESE — Feder. dos Sind. dos Trabalhadores de Escritório e Serviços — Alteração salarial e outras	923

— CCT entre a ANTRAL — Assoc. Nacional dos Transportadores Rodoviários em Automóveis Ligeiros e a FSTRU — Feder. dos Sind. de Transportes Rodoviários e Urbanos — Alteração salarial e outras	925
— ACT entre a NORMAX — Fábrica de Vidro Científico, L. ^{da} , e outras e a Feder. dos Sind. das Ind. de Cerâmica, Cimento e Vidro de Portugal — Alteração salarial e outras	926
— AE entre a empresa Sanchez, L. ^{da} , e a Feder. dos Sind. das Ind. de Cerâmica, Cimento e Vidro de Portugal — Alteração salarial e outras	927
— AE entre a Alcântara Refinarias — Açúcares, S. A., e a FSIABT — Feder. dos Sind. dos Trabalhadores das Ind. de Alimentação, Bebidas e Tabacos e outros — Alteração salarial e outras	929
— Acordo de adesão entre a empresa Vila Vita — Actividades Turísticas e Hoteleiras, L. ^{da} , e o Sind. dos Transportes Fluviais, Costeiros e da Marinha Mercante ao ACT entre a VIALGARVE — Diversões Excursões e Desportos, L. ^{da} , e outras e o referido Sindicato (excursões marítimas turísticas)	932
— Acordo de adesão entre o BPI — Banco Português de Investimento, S. A., e os Sind. dos Bancários do Norte, do Centro e do Sul e Ilhas ao ACT para o sector bancário	933
— Acordo de adesão entre a Rural Informática — Serviços de Informática, S. A., e os Sind. dos Bancários do Norte, do Centro e do Sul e Ilhas ao ACT para o sector bancário	933
— Acordo de adesão entre o Banco de Crédito Local de Espanha, S. A., e o Sind. dos Bancários do Sul e Ilhas ao ACT para o sector bancário	934
— Acordo de adesão entre a M-Valores — Sociedade Financeira de Corretagem, S. A., e os Sind. dos Bancários do Norte, do Centro e do Sul e Ilhas ao ACT para o sector bancário	934



SIGLAS

CCT — Contrato colectivo de trabalho.
 ACT — Acordo colectivo de trabalho.
 PRT — Portaria de regulamentação de trabalho.
 PE — Portaria de extensão.
 CT — Comissão técnica.
 DA — Decisão arbitral.
 AE — Acordo de empresa.

ABREVIATURAS

Feder. — Federação.
 Assoc. — Associação.
 Sind. — Sindicato.
 Ind. — Indústria.
 Dist. — Distrito.

REGULAMENTAÇÃO DO TRABALHO

PORTARIAS DE EXTENSÃO

PE das alterações salariais aos CCT (administrativos) entre a ANIA — Assoc. Nacional dos Industriais de Arroz e outras e a FEPES — Feder. Portuguesa dos Sind. do Comércio, Escritórios e Serviços e outra e entre as mesmas associações patronais e a FETESE — Feder. dos Sind. dos Trabalhadores de Escritório e Serviços e outros.

As alterações salariais dos contratos colectivos de trabalho celebrados entre a ANIA — Associação Nacional dos Industriais de Arroz e outras e a FEPES — Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio, Escritórios e Serviços e outra e entre as mesmas associações patronais e a FETESE — Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores de Escritório e Serviços e outros, publicadas no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.ºs 16 e 18, de 29 de Abril e 15 de Maio, ambos de 1996, abrangem as relações de trabalho entre entidades patronais e trabalhadores representados pelas associações que as outorgaram.

Mostrando-se conveniente e oportuno promover, na medida do possível, a uniformização das condições de trabalho na área e no âmbito sectorial e profissional previstos nas convenções, procede-se à emissão da respectiva portaria de extensão.

No entanto, a presente portaria é apenas aplicável no território do continente, tendo em consideração que a extensão de convenções colectivas nas Regiões Autónomas compete aos respectivos Governos Regionais, nos termos do Decreto-Lei n.º 103/85, de 10 de Abril, alterado pelo Decreto-Lei n.º 365/89, de 19 de Outubro.

Foi publicado o aviso relativo à presente extensão no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.º 18, de 15 de Maio de 1996, à qual não foi deduzida oposição por parte dos interessados.

Assim:

Ao abrigo do n.º 1 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, de 29 de Dezembro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 209/92, de 2 de Outubro:

Manda o Governo, pelo Secretário de Estado do Trabalho, o seguinte:

Artigo 1.º

1 — As condições de trabalho constantes das alterações salariais dos contratos colectivos de trabalho celebrados entre a ANIA — Associação Nacional dos Industriais de Arroz e outras e a FEPES — Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio, Escritórios e Serviços e outra e

entre as mesmas associações patronais e a FETESE — Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores de Escritório e Serviços e outros, publicadas no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.ºs 16 e 18, de 29 de Abril e 15 de Maio, ambos de 1996, são estendidas, no território do continente:

- a) Às relações de trabalho entre entidades patronais não filiadas nas associações patronais outorgantes que exerçam a actividade económica abrangida pelas convenções e trabalhadores ao seu serviço das profissões e categorias profissionais nelas previstas;
- b) Às relações de trabalho entre entidades patronais filiadas nas associações patronais outorgantes e trabalhadores ao seu serviço das profissões e categorias profissionais previstas nas convenções não representados pelas associações sindicais signatárias.

2 — O disposto no n.º 1 não é aplicável às relações de trabalho estabelecidas entre empresas de moagens sediadas nos distritos de Aveiro e Porto e trabalhadores ao seu serviço.

3 — Igualmente não são objecto da extensão determinada no n.º 1 as cláusulas que violem normas legais imperativas.

Artigo 2.º

1 — A presente portaria entra em vigor no 5.º dia a contar da sua publicação.

2 — As tabelas salariais das convenções produzem efeitos desde 1 de Maio de 1996, podendo as diferenças salariais devidas ser pagas em até duas prestações mensais de igual valor, com início no mês seguinte à entrada em vigor da presente portaria.

Ministério para a Qualificação e o Emprego, 20 de Junho de 1996. — O Secretário de Estado do Trabalho, António de Lemos Monteiro Fernandes.

PE das alterações ao CCT entre a Assoc. dos Industriais de Panificação do Alto Alentejo e outra e a FETESE — Feder. dos Sind. dos Trabalhadores de Escritório e Serviços (administrativos/Sul)

As alterações do contrato colectivo de trabalho celebrado entre a Associação dos Industriais de Panificação do Alto Alentejo e outra e a FETESE — Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores de Escritório e Serviços, publicadas no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.º 15, de 22 de Abril de 1996, abrangem as relações de trabalho entre entidades patronais e trabalhadores representados pelas associações que as outorgaram.

Mostrando-se conveniente e oportuno promover, na medida do possível, a uniformização das condições de trabalho na área e no âmbito sectorial e profissional previstos na convenção, procede-se à emissão da respectiva portaria de extensão.

Foi publicado o aviso relativo à presente portaria no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.º 17, de 8 de Maio de 1996, à qual não foi deduzida oposição por parte dos interessados.

Assim:

Ao abrigo do n.º 1 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, de 29 de Dezembro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 209/92, de 2 de Outubro:

Manda o Governo, pelo Secretário de Estado do Trabalho, o seguinte:

Artigo 1.º

1 — As condições de trabalho constantes das alterações do contrato colectivo de trabalho celebrado entre a Associação dos Industriais de Panificação do Alto Alentejo e outra e a FETESE — Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores de Escritório e Serviços, publicadas no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.º 15, de 22 de Abril de 1996, são estendidas, nos distritos de Beja, Évora,

Faro e Portalegre e nos concelhos de Grândola, Santiago do Cacém e Sines (distrito de Setúbal):

- a) As relações de trabalho entre entidades patronais não filiadas nas associações patronais outorgantes que exerçam a actividade económica abrangida pela convenção e trabalhadores ao seu serviço das profissões e categorias profissionais nela previstas;
- b) As relações de trabalho entre entidades patronais filiadas nas associações patronais outorgantes e trabalhadores ao seu serviço das profissões e categorias profissionais previstas na convenção não representados pelas associações sindicais signatárias.

2 — O disposto no n.º 1 não é aplicável às relações de trabalho estabelecidas entre empresas filiadas na AIPL — Associação dos Industriais de Panificação de Lisboa e trabalhadores ao seu serviço.

3 — Não são objecto da extensão determinada no n.º 1 as cláusulas que violem normas legais imperativas.

Artigo 2.º

1 — A presente portaria entra em vigor no 5.º dia a contar da sua publicação.

2 — A tabela salarial da convenção produz efeitos desde 1 de Abril de 1996, podendo as diferenças salariais devidas ser pagas em até três prestações mensais de igual valor, com início no mês seguinte à entrada em vigor da presente portaria.

Ministério para a Qualificação e o Emprego, 20 de Junho de 1996. — O Secretário de Estado do Trabalho, António de Lemos Monteiro Fernandes.

PE das alterações aos CCT (armazéns) entre a AEVP — Assoc. dos Exportadores de Vinho do Porto e outras e o Sind. dos Trabalhadores da Ind. e Comércio de Bebidas da Região Norte e Centro e outro, entre as mesmas associações patronais e a FETESE — Feder. dos Sind. dos Trabalhadores de Escritório e Serviços e outro, entre as mesmas associações patronais e a FEPCE — Feder. Portuguesa dos Sind. do Comércio, Escritórios e Serviços e outra e, finalmente, entre as mesmas associações patronais e o SETAA — Sind. da Agricultura, Alimentação e Florestas.

As alterações dos contratos colectivos de trabalho celebrados entre a AEVP — Associação dos Exportadores de Vinho do Porto e outras e o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria e Comércio de Bebidas da Região Norte e Centro e outro, entre as mesmas associações patronais e a FETESE — Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores de Escritório e Serviços e outro, entre as mesmas associações patronais e a FEPCE — Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio, Escritórios e Serviços e outra e, finalmente, entre as mesmas associações patronais e o SETAA — Sindicato da Agricultura, Alimentação e Florestas, publicadas no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série,

n.ºs 13, 16 e 17, de 8 e 29 de Abril e 8 de Maio, todos de 1996, abrangem as relações de trabalho entre entidades patronais e trabalhadores representados pelas associações que as outorgaram.

Mostrando-se conveniente e oportuno promover, na medida do possível, a uniformização das condições de trabalho na área e no âmbito sectorial e profissional previstos nas convenções, procede-se à emissão da respectiva portaria de extensão.

No entanto, a presente portaria é apenas aplicável no território do continente, tendo em consideração que a extensão de convenções colectivas nas Regiões Autónomas

competem aos respectivos Governos Regionais, nos termos do Decreto-Lei n.º 103/85, de 10 de Abril, alterado pelo Decreto-Lei n.º 365/89, de 19 de Outubro.

Foram publicados os avisos relativos à presente extensão no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.ºs 16 e 17, de 29 de Abril e 8 de Maio, ambos de 1996, aos quais não foi deduzida oposição por parte dos interessados.

Assim:

Ao abrigo do n.º 1 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, de 29 de Dezembro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 209/92, de 2 de Outubro:

Manda o Governo, pelo Secretário de Estado do Trabalho, o seguinte:

Artigo 1.º

1 — As condições de trabalho constantes das alterações dos contratos colectivos de trabalho celebrados entre a AEVP — Associação dos Exportadores de Vinho do Porto e outras e o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria e Comércio de Bebidas da Região Norte e Centro e outro, entre as mesmas associações patronais e a FETESE — Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores de Escritório e Serviços e outro, entre as mesmas associações patronais e a FEPGES — Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio, Escritórios e Serviços e outra e, finalmente, entre as mesmas associações patronais e o SETAA — Sindicato da Agricultura, Alimentação e Florestas, publicadas no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.ºs 13, 16 e 17, de 8 e 29 de Abril e 8 de Maio, todos de 1996, são estendidas, no território do continente:

- a) Às relações de trabalho entre entidades patronais não filiadas nas associações patronais outorgantes, excluindo as adegas cooperativas, que exerçam actividade económica abrangida pelas convenções e trabalhadores ao seu serviço das profissões e categorias profissionais nelas previstas;

- b) Às relações de trabalho entre entidades patronais filiadas nas associações patronais outorgantes e trabalhadores ao seu serviço das profissões e categorias profissionais previstas nas convenções não representados pelas associações sindicais signatárias.

2 — O disposto no n.º 1 não é aplicável às relações de trabalho abrangidas pela PE dos CCT (administrativos e vendas) celebrados entre a AEVP — Associação dos Exportadores de Vinho do Porto e outras e o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria e Comércio de Bebidas da Região Norte e Centro, entre as mesmas associações patronais e a FEPGES — Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio, Escritórios e Serviços, entre as mesmas associações patronais e o SITESC — Sindicato dos Trabalhadores de Escritório, Serviços e Comércio e outros e, finalmente, entre as mesmas associações patronais e o SETAA — Sindicato da Agricultura, Alimentação e Florestas, nesta data publicada.

3 — Não são objecto da extensão determinada no n.º 1 as cláusulas que violem normas legais imperativas.

Artigo 2.º

1 — A presente portaria entra em vigor no 5.º dia a contar da sua publicação.

2 — As tabelas salariais das convenções produzem efeitos desde 1 de Abril de 1996, podendo as diferenças salariais devidas ser pagas em até três prestações mensais de igual valor, com início no mês seguinte à entrada em vigor da presente portaria.

Ministério para a Qualificação e o Emprego, 20 de Junho de 1996. — O Secretário de Estado do Trabalho, António de Lemos Monteiro Fernandes.

PE das alterações aos CCT (administrativos e vendas) entre a AEVP — Assoc. dos Exportadores de Vinho do Porto e outras e o Sind. dos Trabalhadores da Ind. e Comércio de Bebidas da Região Norte e Centro, entre as mesmas associações patronais e a FEPGES — Feder. Portuguesa dos Sind. do Comércio, Escritórios e Serviços, entre as mesmas associações patronais e o SITESC — Sind. dos Trabalhadores de Escritório, Serviços e Comércio e outros e, finalmente, entre as mesmas associações patronais e o SETAA — Sind. da Agricultura, Alimentação e Florestas.

As alterações dos contratos colectivos de trabalho celebrados entre a AEVP — Associação dos Exportadores de Vinho do Porto e outras e o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria e Comércio de Bebidas da Região Norte e Centro, entre as mesmas associações patronais e a FEPGES — Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio, Escritórios e Serviços, entre as mesmas associações patronais e o SITESC — Sindicato dos Trabalhadores de Escritório, Serviços e Comércio e outros e, finalmente, entre as mesmas associações patronais e o SETAA — Sindicato da Agricultura, Alimentação e Florestas, publicadas no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª

série, n.ºs 13, 16 e 17, de 8 e 29 de Abril e 8 de Maio, todos de 1996, abrangem as relações de trabalho entre entidades patronais e trabalhadores representados pelas associações que as outorgaram.

Mostrando-se conveniente e oportuno promover, na medida do possível, a uniformização das condições de trabalho na área e no âmbito sectorial e profissional previstos nas convenções, procede-se à emissão da respectiva portaria de extensão.

No entanto, a presente portaria é apenas aplicável no território do continente, tendo em consideração que a extensão de convenções colectivas nas Regiões Autónomas

competem aos respectivos Governos Regionais, nos termos do Decreto-Lei n.º 103/85, de 10 de Abril, alterado pelo Decreto-Lei n.º 365/89, de 19 de Outubro.

Foram publicados os avisos relativos à presente extensão no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.ºs 16 e 17, de 29 de Abril e 8 de Maio, ambos de 1996, aos quais não foi deduzida oposição por parte dos interessados.

Assim:

Ao abrigo do n.º 1 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, de 29 de Dezembro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 209/92, de 2 de Outubro:

Manda o Governo, pelo Secretário de Estado do Trabalho, o seguinte:

Artigo 1.º

1 — As condições de trabalho constantes das alterações dos contratos colectivos de trabalho celebrados entre a AEVP — Associação dos Exportadores de Vinho do Porto e outras e o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria e Comércio de Bebidas da Região Norte e Centro, entre as mesmas associações patronais e a FEPES — Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio, Escritórios e Serviços, entre as mesmas associações patronais e o SITESC — Sindicato dos Trabalhadores de Escritório, Serviços e Comércio e outros e, finalmente, entre as mesmas associações patronais e o SETAA — Sindicato da Agricultura, Alimentação e Florestas, publicadas no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.ºs 13, 16 e 17, de 8 e 29

de Abril e 8 de Maio, todos de 1996, são estendidas, no território do continente:

- a) Às relações de trabalho entre entidades patronais não filiadas nas associações patronais outorgantes, excluindo as adegas cooperativas, que exerçam actividade económica abrangida pelas convenções e trabalhadores ao seu serviço das profissões e categorias profissionais nelas previstas;
- b) Às relações de trabalho entre entidades patronais filiadas nas associações patronais outorgantes e trabalhadores ao seu serviço das profissões e categorias profissionais previstas nas convenções não representados pelas associações sindicais signatárias.

2 — Não são objecto da extensão determinada no número anterior as cláusulas que violem normas legais imperativas.

Artigo 2.º

1 — A presente portaria entra em vigor no 5.º dia a contar da sua publicação.

2 — As tabelas salariais das convenções produzem efeitos desde 1 de Abril de 1996, podendo as diferenças salariais devidas ser pagas em até três prestações mensais de igual valor, com início no mês seguinte à entrada em vigor da presente portaria.

Ministério para a Qualificação e o Emprego, 20 de Junho de 1996. — O Secretário de Estado do Trabalho, António de Lemos Monteiro Fernandes.

PE das alterações ao CCT entre a ANIMO — Assoc. Nacional dos Industriais de Mosaicos Hidráulicos e a FETICEQ — Feder. dos Trabalhadores das Ind. Cerâmica, Vidreira, Extractiva, Energia e Química e outra.

As alterações do contrato colectivo de trabalho celebrado entre a ANIMO — Associação Nacional dos Industriais de Mosaicos Hidráulicos e a FETICEQ — Federação dos Trabalhadores das Indústrias de Cerâmica, Vidreira, Extractiva, Energia e Química e outra, publicadas no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.º 17, de 8 de Maio de 1996, abrangem as relações de trabalho entre entidades patronais e trabalhadores representados pelas associações que as outorgaram.

Mostrando-se conveniente e oportuno promover, na medida do possível, a uniformização das condições de trabalho na área e no âmbito sectorial e profissional previstos na convenção, procede-se à emissão da respectiva portaria de extensão.

No entanto, a presente portaria é apenas aplicável no território do continente, tendo em consideração que a extensão de convenções colectivas nas Regiões Autónomas compete aos respectivos Governos Regionais, nos termos do Decreto-Lei n.º 103/85, de 10 de Abril, alterado pelo Decreto-Lei n.º 365/89, de 19 de Outubro.

Foi publicado o aviso relativo à presente extensão no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.º 17, de 8 de

Maio de 1996, à qual não foi deduzida oposição por parte dos interessados.

Assim:

Ao abrigo do n.º 1 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, de 29 de Dezembro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 209/92, de 2 de Outubro:

Manda o Governo, pelo Secretário de Estado do Trabalho, o seguinte:

Artigo 1.º

1 — As condições de trabalho constantes das alterações do contrato colectivo de trabalho celebrado entre a ANIMO — Associação Nacional dos Industriais de Mosaicos Hidráulicos e a FETICEQ — Federação dos Trabalhadores das Indústrias de Cerâmica, Vidreira, Extractiva, Energia e Química e outra, publicadas no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.º 17, de 8 de Maio de 1996, são estendidas, no território do continente:

- a) Às relações de trabalho entre entidades patronais não filiadas na associação patronal outorgante e que exerçam a actividade económica abrangida

pela convenção e trabalhadores ao seu serviço das profissões e categorias profissionais nela previstas;

- b) As relações de trabalho entre entidades patronais filiadas nas associações patronais outorgantes e trabalhadores ao seu serviço das profissões e categorias profissionais previstas na convenção não representados pelas associações sindicais signatárias.

2 — O disposto no n.º 1 não é aplicável às relações de trabalho estabelecidas entre empresas de mosaicos hidráulicos filiadas na ANIPC — Associação Nacional dos Industriais de Produtos de Cimento e trabalhadores ao seu serviço.

3 — Não são objecto da extensão determinada no n.º 1 as cláusulas que violem normas legais imperativas.

Artigo 2.º

1 — A presente portaria entra em vigor no 5.º dia a contar da sua publicação.

2 — A tabela salarial da convenção produz efeitos desde 1 de Abril de 1996, podendo as diferenças salariais devidas ser pagas em até três prestações mensais de igual valor, com início no mês seguinte à entrada em vigor da presente portaria.

Ministério para a Qualificação e o Emprego, 20 de Junho de 1996. — O Secretário de Estado do Trabalho, António de Lemos Monteiro Fernandes.

PE das alterações aos CCT (barro vermelho) entre a ANIBAVE — Assoc. Nacional dos Industriais de Barro Vermelho e outra e a Feder. dos Sind. das Ind. de Cerâmica, Cimento e Vidro de Portugal e outros e entre a CIBAVE — Assoc. da Ind. de Cerâmica da Região de Aveiro e outra e a FETICEQ — Feder. dos Trabalhadores das Ind. Cerâmica, Vidreira, Extractiva, Energia e Química.

As alterações dos contratos colectivos de trabalho celebrados entre a ANIBAVE — Associação Nacional dos Industriais de Barro Vermelho e outra e a Federação dos Sindicatos das Indústrias de Cerâmica, Cimento e Vidro de Portugal e outros e entre a CIBAVE — Associação dos Industriais de Cerâmica da Região de Aveiro e outra e a FETICEQ — Federação dos Trabalhadores das Indústrias Cerâmica, Vidreira, Extractiva, Energia e Química, publicadas no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.ºs 11 e 18, de 22 de Março e 15 de Maio, ambos de 1996, abrangem as relações de trabalho entre entidades patronais e trabalhadores representados pelas associações que as outorgaram.

Mostrando-se conveniente e oportuno promover, na medida do possível, a uniformização das condições de trabalho na área e no âmbito sectorial e profissional previstos nas convenções, procede-se à emissão da respectiva portaria de extensão.

No entanto, a presente portaria é apenas aplicável no território do continente, tendo em consideração que a extensão de convenções colectivas nas Regiões Autónomas compete aos respectivos Governos Regionais, nos termos do Decreto-Lei n.º 103/85, de 10 de Abril, alterado pelo Decreto-Lei n.º 365/89, de 19 de Outubro.

Foi publicado o aviso relativo à presente extensão no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.º 18, de 15 de Maio de 1996, à qual não foi deduzida oposição por parte dos interessados.

Assim:

Ao abrigo do n.º 1 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, de 29 de Dezembro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 209/92, de 2 de Outubro:

Manda o Governo, pelo Secretário de Estado do Trabalho, o seguinte:

Artigo 1.º

1 — As condições de trabalho constantes das alterações dos contratos colectivos de trabalho celebrados entre a

ANIBAVE — Associação Nacional dos Industriais de Barro Vermelho e outra e a Federação dos Sindicatos das Indústrias de Cerâmica, Cimento e Vidro de Portugal e outros e entre a CIBAVE — Associação dos Industriais de Cerâmica da Região de Aveiro e outra e a FETICEQ — Federação dos Trabalhadores das Indústrias Cerâmica, Vidreira, Extractiva, Energia e Química, publicadas no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.ºs 11 e 18, de 22 de Março e 15 de Maio, ambos de 1996, são estendidas, no território do continente:

- a) As relações de trabalho entre entidades patronais não filiadas nas associações patronais outorgantes que exerçam actividade económica abrangida pelas convenções e trabalhadores ao seu serviço das profissões e categorias profissionais nelas previstas;
- b) As relações de trabalho entre entidades patronais filiadas nas associações patronais outorgantes e trabalhadores ao seu serviço das profissões e categorias profissionais previstas nas convenções não representados pelas associações sindicais signatárias.

2 — Não são objecto da extensão determinada no número anterior as cláusulas que violem normas legais imperativas.

Artigo 2.º

1 — A presente portaria entra em vigor no 5.º dia a contar da sua publicação.

2 — As tabelas salariais das convenções produzem efeitos desde 1 de Março de 1996, podendo as diferenças salariais devidas ser pagas em até quatro prestações mensais de igual valor, com início no mês seguinte à entrada em vigor da presente portaria.

Ministério para a Qualificação e o Emprego, 20 de Junho de 1996. — O Secretário de Estado do Trabalho, António de Lemos Monteiro Fernandes.

PE das alterações aos CCT entre a Assoc. dos Comerciantes de Pescado e o SINDEPESCAS — Sind. Democrático das Pescas e outros e entre a mesma associação patronal e a FEPES — Feder. Portuguesa dos Sind. do Comércio, Escritórios e Serviços.

As alterações dos contratos colectivos de trabalho celebrados entre a Associação dos Comerciantes de Pescado e o SINDEPESCAS — Sindicato Democrático das Pescas e outros e entre a mesma associação patronal e a FEPES — Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio, Escritórios e Serviços, publicadas, respectivamente, no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.º 15, de 22 de Abril de 1996, e 18, de 15 de Maio de 1996, abrangem as relações de trabalho entre entidades patronais e trabalhadores filiados nas associações que as outorgaram.

Mostrando-se conveniente e oportuno promover, na medida do possível, a uniformização das condições de trabalho na área e no âmbito sectorial e profissional previstos na convenção, procede-se à emissão da respectiva portaria de extensão.

Os avisos relativos à presente extensão foram publicados no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.º 15, de 22 de Abril de 1996, e 18, de 15 de Maio de 1996, e não foi deduzida oposição por parte dos interessados.

Assim:

Ao abrigo do n.º 1 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, de 29 de Dezembro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 209/92, de 2 de Outubro:

Manda o Governo, pelo Secretário de Estado do Trabalho, o seguinte:

Artigo 1.º

1 — As condições de trabalho constantes das alterações dos contratos colectivos de trabalho celebrados entre a Associação dos Comerciantes de Pescado e o SINDEPESCAS — Sindicato Democrático das Pescas e outros e entre a mesma associação patronal e a FEPES — Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio, Escritórios e Ser-

viços, publicadas, respectivamente, no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.º 15, de 22 de Abril de 1996, e 18, de 15 de Maio de 1996, são estendidas, no território do continente:

- a) Às relações de trabalho entre entidades patronais não filiadas na associação patronal outorgante que exerçam a actividade económica abrangida pelas convenções e trabalhadores ao seu serviço das profissões e categorias profissionais nelas previstas;
- b) Às relações de trabalho entre entidades patronais filiadas na associação patronal outorgante e trabalhadores ao seu serviço das profissões e categorias profissionais previstas nas convenções não representados pelas associações sindicais outorgantes.

2 — Não são objecto da extensão determinada no número anterior as disposições das convenções que violem normas legais imperativas.

Artigo 2.º

1 — A presente portaria entra em vigor no 5.º dia a contar da sua publicação.

2 — As tabelas salariais das convenções produzem efeitos desde 1 de Abril de 1996, podendo as diferenças salariais devidas ser pagas em até três prestações mensais de igual valor, com início no mês seguinte à entrada em vigor da presente portaria.

Ministério para a Qualificação e o Emprego, 21 de Junho de 1996. — O Secretário de Estado do Trabalho, António de Lemos Monteiro Fernandes.

Aviso para PE das alterações ao CCT entre a Assoc. de Agricultores ao sul do Tejo e o SETAA — Sind. da Agricultura, Alimentação e Florestas

Nos termos do n.º 5 e para os efeitos do n.º 6 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, de 29 de Dezembro, torna-se público que se encontra em estudo nos serviços competentes deste Ministério a eventual emissão de uma PE das alterações ao CCT celebrado entre a Associação de Agricultores ao sul do Tejo e o SETAA — Sindicato da Agricultura, Alimentação e Florestas, alterações publicadas no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.º 16, de 29 de Abril de 1996.

A portaria, a emitir ao abrigo do n.º 1 do citado preceito e diploma, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 209/92, de 2 de Outubro, tornará a convenção colectiva de trabalho extensiva na área da sua aplicação:

- a) Às relações de trabalho entre entidades patronais não inscritas na associação outorgante que exerçam a actividade económica abrangida pela con-

venção e trabalhadores ao seu serviço das profissões e categorias profissionais nela previstas;

- b) Às relações de trabalho entre entidades patronais inscritas na associação patronal signatária e trabalhadores ao seu serviço das profissões e categorias profissionais previstas na convenção não filiados no Sindicato outorgante.

A PE a emitir não será aplicável às relações de trabalho referidas no aviso para portaria de extensão das alterações ao CCT entre a Associação de Agricultores do Baixo Alentejo e o Sindicato Nacional dos Trabalhadores e Técnicos da Agricultura, Florestas e Pecuária e ao CCT entre a mesma associação patronal e o SETAA — Sindicato da Agricultura, Alimentação e Florestas, publicado no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.º 21, de 8 de Junho de 1996.

Aviso para PE das alterações aos CCT (pessoal fabril — Sul) entre a AIBA — Assoc. dos Industriais de Bolachas e Afins e outra e a FETICEQ — Feder. dos Trabalhadores das Ind. Cerâmica, Vidreira, Extractiva, Energia e Química e entre a mesma associação patronal e a FSIABT — Feder. dos Sind. dos Trabalhadores das Ind. de Alimentação, Bebidas e Tabacos.

Nos termos do n.º 5 e para os efeitos do n.º 6 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, de 29 de Dezembro, torna-se público que se encontra em estudo nos serviços competentes deste Ministério a eventual emissão de uma portaria de extensão das alterações dos contratos colectivos de trabalho mencionados em título, publicados no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.ºs 23 e 24, de 22 e 29 de Junho, ambos de 1996.

A portaria, a emitir ao abrigo do n.º 1 dos citados preceito e diploma, tornará as convenções extensivas, nos distritos de Beja, Castelo Branco, Évora, Faro, Leiria, Lisboa, Portalegre, Santarém e Setúbal:

- a) Às relações de trabalho entre entidades patronais não filiadas nas associações patronais outorgantes que exerçam a actividade económica abrangida pelas convenções (indústria de bolachas e chocolates) e trabalhadores ao seu serviço das profissões e categorias profissionais nelas previstas;
- b) Às relações de trabalho entre entidades patronais filiadas nas associações patronais outorgantes e trabalhadores ao seu serviço das profissões e categorias profissionais previstas nas convenções não representados pelas associações sindicais signatárias.

Aviso para PE das alterações ao CCT entre a APEQ — Assoc. Portuguesa das Empresas Químicas e outras e o SITEMAQ — Sind. da Mestrança e Marinhagem da Marinha Mercante e Fogueiros de Terra e outro.

Nos termos do n.º 5 e para os efeitos do n.º 6 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, de 29 de Dezembro, torna-se público que se encontra em estudo nos serviços competentes deste Ministério a eventual emissão de uma portaria de extensão das alterações do contrato colectivo de trabalho mencionado em título nesta data publicado.

A portaria, a emitir ao abrigo do n.º 1 dos citados preceito e diploma, tornará a convenção extensiva, no território do continente:

- a) Às relações de trabalho entre entidades patronais não filiadas nas associações patronais outorgantes que exerçam a actividade económica abrangida pela convenção e trabalhadores ao seu serviço das profissões e categorias profissionais nela previstas;
- b) Às relações de trabalho entre entidades patronais filiadas na associação patronal outorgante e trabalhadores ao seu serviço das profissões e categorias profissionais previstas na convenção não filiados nos sindicatos outorgantes.

Aviso para PE das alterações ao CCT entre a Assoc. Portuguesa das Ind. de Malha e Confecção e outras e a FEPCES — Feder. Portuguesa dos Sind. do Comércio, Escritórios e Serviços

Nos termos do n.º 5 e para os efeitos do n.º 6 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, de 29 de Dezembro, torna-se público que se encontra em estudo nos serviços competentes deste Ministério a emissão de uma portaria de extensão das alterações ao contrato colectivo de trabalho celebrado entre a APIM — Associação Portuguesa das Indústrias de Malha e Confecção e outras e a FEPCES — Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio, Escritórios e Serviços, nesta data publicadas.

A portaria, a emitir ao abrigo do n.º 1 dos citados preceito e diploma, tornará as disposições constantes da convenção extensivas, no território do continente:

- a) Às relações de trabalho entre entidades patronais não filiadas nas associações patronais outorgantes que exerçam alguma das actividades económicas reguladas, com excepção das indústrias do vestuário, cordoaria e rede e lanifícios, e os trabalhadores ao seu serviço das profissões e categorias profissionais nela previstas;
- b) Às relações de trabalho entre entidades patronais inscritas nas associações patronais outorgantes e os trabalhadores ao seu serviço das profissões e categorias profissionais previstas nas convenções não representados pelas associações sindicais subsritoras.

Aviso para PE das alterações ao CCT entre a ANIPC — Assoc. Nacional dos Industriais de Papel e Cartão e o SINDEGRAF — Sind. Democrático dos Gráficos, Papel e Afins

Nos termos do n.º 5 e para os efeitos do disposto no n.º 6 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, de 29 de Dezembro, torna-se público que se encontra em estudo nos serviços competentes deste Ministério a eventual emissão de uma portaria de extensão das alterações ao contrato colectivo de trabalho mencionado em título, publicadas no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.º 19, de 22 de Maio de 1996.

A portaria, a emitir ao abrigo do n.º 1 dos citados preceito e diploma, tornará a convenção extensiva, no território do continente:

- a) Às relações de trabalho entre entidades patronais que, não estando inscritas em qualquer associação patronal do sector, exerçam, no território do continente, actividade económica enquadrável no âmbito estatutário da associação patronal outorgante e que, de acordo com os critérios constantes do CCT publicado no *Boletim do Trabalho e Emprego*, n.º 28, de 29 de Julho de 1978, sejam classificadas nos grupos II, III e IV e, por outro lado, aos trabalhadores ao seu serviço das profissões e categorias profissionais previstas na convenção;
- b) Às relações de trabalho entre entidades patronais filiadas na associação patronal outorgante e trabalhadores ao seu serviço das profissões e categorias profissionais previstas na convenção não filiados no Sindicato signatário.

CONVENÇÕES COLECTIVAS DE TRABALHO

CCT entre a AIPGN — Assoc. dos Industriais de Pedra do Norte e a Feder. Nacional dos Sind. da Construção, Madeiras, Mármore e Materiais de Construção — Alteração salarial e outra

Cláusula 1.ª

Âmbito e área

A presente convenção regulamenta as relações de trabalho entre as empresas representadas pela AIPGN — Associação dos Industriais de Pedra do Norte e os trabalhadores ao seu serviço representados pela associação sindical signatária.

Cláusula 33.ª

Subsídio de refeição

1 — Os trabalhadores abrangidos pelo presente CCT terão direito, por dia de trabalho, a um subsídio de refeição no seguinte valor: 470\$, a partir de 1 de Março de 1996.

2 — O valor do subsídio de refeição não será considerado para cálculo dos subsídios de férias e de Natal.

3 — Para os efeitos do n.º 1, o direito ao subsídio de refeição efectiva-se com a prestação de trabalho nos dois períodos normais de laboração e desde que não se registre um período de ausência superior a duas horas.

4 — O subsídio de refeição previsto nesta cláusula não é devido aos trabalhadores ao serviço de entidades patronais que forneçam integralmente refeições ou nelas participem com montantes não inferiores aos valores mencionados no n.º 1.

Tabela salarial

(Vigência a partir de 1 de Janeiro de 1995)

Grupo A	92 750\$00
Grupo B	68 100\$00
Grupo C	66 700\$00
Grupo D	61 900\$00
Grupo E	58 900\$00
Grupo F	54 600\$00
Grupo G	40 950\$00
Grupo H	40 950\$00

Produção de efeitos

1 — A tabela salarial produz efeitos a 1 de Janeiro de 1996.

2 — O subsídio de refeição produz efeitos a 1 de Março de 1996.

Porto, 3 de Junho de 1996.

Pela Associação dos Industriais de Pedra do Norte:

(Assinatura ilegível.)

Pela Federação Nacional dos Sindicatos da Construção, Madeiras, Mármore e Materiais de Construção, em representação dos seguintes sindicatos:

Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Cerâmica, Construção e Madeiras de Aveiro;
Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil e Madeiras de Distrito de Braga;

Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil, Madeiras, Cerâmica, Cimentos e Similares do Distrito de Castelo Branco;
Sindicato dos Operários da Construção Civil, Madeiras, Mármore e Afins do Distrito de Coimbra;
Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Construção, Madeiras, Mármore e Pedreiras do Distrito do Porto;
Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Construção Civil, Madeiras, Metalurgia e Metalomecânica de Trás-os-Montes e Alto Douro;
Sindicato dos Trabalhadores de Construção Civil, Madeiras, Mármore e Pedreiras do Distrito de Viana do Castelo;

Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil, Madeiras, Mármore, Pedreiras e Cerâmica dos Distritos de Viseu e Guarda;

(Assinatura ilegível.)

Entrado em 21 de Junho de 1996.

Depositado em 25 de Junho de 1996, a fl. 10 do livro n.º 8, com o n.º 243/96, nos termos do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, na sua redacção actual.

CCT entre a ANIL — Assoc. Nacional dos Industriais de Lacticínios e várias cooperativas de produtores de leite e a FETESE — Feder. dos Sind. dos Trabalhadores de Escritório e Serviços e outro — Alteração salarial e outras.

Cláusula 1.ª

Área e âmbito

A presente CCT abrange, por um lado, as empresas singulares ou colectivas representadas pela ANIL — Associação Nacional dos Industriais de Lacticínios, pela AGROS — União das Cooperativas de Produtores de Leite de Entre Douro e Minho e Trás-os-Montes, U. C. R. L., e pela cooperativa signatária e, por outro lado, os trabalhadores ao seu serviço representados pelas associações sindicais outorgantes.

Cláusula 2.ª

Vigência e denúncia

1 —

2 — A tabela salarial, diuturnidades e abono mensal para falhas produzem efeitos a partir de 1 de Janeiro de 1996.

Cláusula 19.ª

Diuturnidades

1 — Às retribuições mínimas estabelecidas neste contrato será acrescida uma diuturnidade de 2550\$ por cada três anos de permanência em categorias sem acesso obrigatório, até ao limite de cinco diuturnidades.

2 —

Cláusula 22.ª

Abono para falhas

1 — Os trabalhadores que exerçam funções de caixa e cobrador têm direito a um abono para falhas de 1800\$.

2 — Sempre que os trabalhadores referidos no número anterior sejam substituídos, terão direito ao abono na proporção do tempo de substituição, enquanto esta durar.

Disposição final

Mantêm-se em vigor as disposições constantes do CCT e revisões seguintes, publicadas no *Boletim do Trabalho*

e *Emprego*, 1.ª série, n.ºs 10/76, 22/77, 37/78, 8/81, 19/82, 22/83, 22/84, 22/85, 22/86, 22/87, 13/89, 13/90, 12/91, 11/92, 14/94 e 15/95, que não foram objecto de alteração na presente revisão.

ANEXO II

Tabela de remunerações mínimas

Grupos	Categorias	Remunerações
I	Director de serviços	118 700\$00
	Chefe de escritório	
	Chefe de vendas	
II	Chefe de departamento	108 700\$00
	Chefe de divisão	
	Chefe de serviços	
	Contabilista	
III	Inspector de vendas	94 400\$00
	Chefe de secção	
	Guarda-livros	
	Tesoureiro	
IV	Caixeiro-encarregado	84 400\$00
	Programador	
	Correspondente em línguas estrangeiras	
	Empregado-viajante	
	Operador de computador	
	Pracista	
	Prospector de vendas	
V	Vendedor especializado	83 100\$00
	Caixeiro-chefe de secção	
	Encarregado de armazém	
	Vendedor de autovenda	
	Primeiro-escriturário	
	Operador-mecanográfico	
	Caixa	
VI	Esteno-dactilógrafo em línguas estrangeiras	83 100\$00
	Primeiro-caixeiro	
	Ajudante de encarregado de armazém	
VII	Fiel de armazém	83 100\$00
	

Grupos	Categorias	Remunerações
VI	Segundo-escriturário	77 500\$00
	Cobrador	
	Perfurador-verificador	
	Esteno-dactilógrafo em língua portuguesa	
	Demonstrador	
	Segundo-caixeiro	
	Caixeiro de balcão	
VII	Ajudante de fiel de armazém	73 200\$00
	Terceiro-escriturário	
	Operador de máquinas de contabilidade	
	Telefonista	
	Recepcionista	
	Terceiro-caixeiro	
	Empilhador	
VIII	Embalador	67 400\$00
	Distribuidor	
IX	Conferente	63 200\$00
	Caixeiro-ajudante	
	Contínuo	
	Porteiro	
	Guarda	
	Etiquetador	
X	Rotulador	58 900\$00
	Auxiliar/servente de armazém	
XI	Dactilógrafo do 3.º ano	56 400\$00
	Estagiário do 3.º ano	
	Dactilógrafo do 2.º ano	
	Praticante	
	Estagiário do 2.º ano	

Grupos	Categorias	Remunerações
XII	Dactilógrafo do 1.º ano	53 600\$00
	Estagiário do 1.º ano	
	Servente de limpeza	
XIII	Paquete	41 800\$00
	Aprendiz	

Porto, 17 de Maio de 1996.

Pela ANIL — Associação Nacional dos Industriais de Lacticínios:
(Assinatura ilegível.)

Pela AGROS — União das Cooperativas de Produtores de Leite de Entre Douro e Minho e Trás-os-Montes, U. C. R. L.:
(Assinatura ilegível.)

Pela PROLEITE — Cooperativa Agrícola de Produtores de Leite do Canto Litoral, C. R. L.:
(Assinatura ilegível.)

Pela FETESE — Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores de Escritório e Serviços, em representação dos seguintes sindicatos filiados:

SITASE — Sindicato dos Trabalhadores de Escritório, Comércio, Serviços e Novas Tecnologias;

SITAM — Sindicato dos Trabalhadores de Escritório, Comércio e Serviços da Região Autónoma da Madeira;

STECARH — Sindicato dos Trabalhadores de Escritório e Comércio de Argozinhos e Horta;

Sindicato dos Profissionais de Escritório e Vendas das Ilhas de São Miguel e Santa Maria;

Sindicato dos Trabalhadores de Escritório, Serviços e Comércio de Braga;

SINDESC-N — Sindicato Democrático do Comércio, Escritório e Serviços Centro-Norte;

(Assinatura ilegível.)

Pelo STV — Sindicato dos Técnicos de Vendas:
(Assinatura ilegível.)

Entrado em 17 de Junho de 1996.

Depositado em 24 de Junho de 1996, a fl. 9 do livro n.º 8, com o n.º 240/96, nos termos do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, na sua redacção actual.

CCT entre a ANIL — Assoc. Nacional dos Industriais de Lacticínios e várias cooperativas de produtores de leite e o SITEC — Sind. dos Trabalhadores de Escritório, Serviços e Comércio — Alteração salarial e outras.

Cláusula 1.ª

Área e âmbito

A presente CCT abrange, por um lado, as empresas singulares ou colectivas representadas pela ANIL — Associação Nacional dos Industriais de Lacticínios, pela AGROS — União das Cooperativas de Produtores de Leite de Entre Douro e Minho e Trás-os-Montes, U. C. R. L., e pela cooperativa signatária e, por outro, os profissionais de lacticínios ao seu serviço representados pela associação sindical outorgante.

Cláusula 2.ª

Vigência e denúncia

1 —

2 — A tabela salarial, diuturnidades e abono para falhas produzem efeitos a partir de 1 de Janeiro de 1996.

Cláusula 19.ª

Diuturnidades

1 — Às retribuições mínimas estabelecidas neste contrato será acrescida uma diuturnidade de 2550\$ por cada três anos de permanência em categoria sem acesso obrigatório, até ao limite de cinco diuturnidades.

2 —

Cláusula 22.ª

Abono para falhas

1 — Os trabalhadores que exerçam funções de caixa e cobrador têm direito a um abono para falhas de 1800\$.

2 — Sempre que os trabalhadores referidos no número anterior sejam substituídos, terão direito ao abono na proporção do tempo de substituição, enquanto esta durar.

Disposição final

Mantêm-se em vigor as disposições constantes do CCT e revisões seguintes, publicadas no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.ºs 10/76, 22/77, 37/79, 8/81, 19/82, 22/83, 22/84, 22/85, 22/86, 22/87, 13/89, 13/90, 12/91, 13/92, 15/94 e 16/94, que não foram objecto de alteração na presente revisão.

ANEXO II

Tabela de remunerações mínimas

Grupos	Categorias profissionais	Remunerações
I	Director de serviços Chefe de escritório Chefe de vendas	118 700\$00
II	Chefe de departamento Chefe de divisão Chefe de serviços Contabilista Inspector de vendas	108 700\$00
III	Chefe de secção Guarda-livros Tesorreiro Caixeiro-encarregado Programador	94 400\$00
IV	Correspondente em línguas estrangeiras Empregado-viajante Operador de computador Pracista Prospector de vendas Vendedor especializado Caixeiro-chefe de secção Encarregado de armazém Vendedor de autovenda	84 400\$00
V	Primeiro-escriurário Operador-mecanográfico Caixa Esteno-dactilógrafo em línguas estrangeiras Primeiro-caixeiro Ajudante de encarregado de armazém Fiel de armazém	83 100\$00
VI	Segundo-escriurário Cobrador Perfurador-verificador Esteno-dactilógrafo em língua portuguesa Demonstrador Segundo-caixeiro Caixeiro de balcão Ajudante de fiel de armazém	77 500\$00

Grupos	Categorias profissionais	Remunerações
VII	Terceiro-escriurário Operador de máquinas de contabilidade Telefonista Recepcionista Terceiro-caixeiro Empilhador Embalador Distribuidor	73 200\$00
VIII	Conferente Caixeiro-ajudante	67 400\$00
IX	Contínuo Porteiro Guarda Etiquetador Rotulador Auxiliar Servente de armazém	63 200\$00
X	Dactilógrafo do 3.º ano Estagiário do 3.º ano	58 900\$00
XI	Dactilógrafo do 2.º ano Praticante Estagiário do 2.º ano	56 400\$00
XII	Dactilógrafo do 1.º ano Estagiário do 1.º ano Servente de limpeza	53 600\$00
XIII	Paquete Aprendiz	41 800\$00

Porto, 17 de Maio de 1996.

Pela ANIL — Associação Nacional dos Industriais de Lacteínios:

(Assinaturas ilegíveis.)

Pela AGROS — União das Cooperativas de Produtores de Leite de Entre Douro e Minho e Trás-os-Montes, U. C. R. L.:

(Assinatura ilegível.)

Pela PROLEITE — Cooperativa Agrícola de Produtores de Leite do Centro Litoral, C. R. L.:

(Assinatura ilegível.)

Pelo SITESC — Sindicato dos Trabalhadores de Escritório, Serviços e Comércio:

(Assinatura ilegível.)

Entrado em 20 de Junho de 1996.

Depositado em 26 de Junho de 1996, a fl. 10 do livro n.º 8, com o n.º 247/96, nos termos do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, na sua redacção actual.

CCT entre a AIBA — Assoc. dos Industriais de Bolachas e Afins e outra e a FSIABT — Feder. dos Sind. dos Trabalhadores das Ind. de Alimentação, Bebidas e Tabacos (pessoal fabril — Norte) — Alteração salarial e outras.

A presente revisão do CCT para as indústrias de bolachas e chocolates (pessoal fabril — Norte), publicado no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.º 17, de 8 de Maio de 1991, e última revisão no *Boletim do Trabalho e Emprego*, n.º 25, de 8 de Julho de 1995, dá nova redacção às seguintes matérias:

Cláusula 2.ª

Vigência e alteração

1 — *(Mantém a redacção actual.)*

2 — *(Mantém a redacção actual.)*

3 — *(Mantém a redacção actual.)*

4 — *(Mantém a redacção actual.)*

5 — As tabelas salariais e as cláusulas de natureza pecuniária que este contrato integra produzirão efeitos a partir de 1 de Abril de 1996.

Cláusula 19.ª

Refeição

1 — *(Mantém a redacção actual.)*

2 — A entidade patronal que se ache na obrigação prevista no número anterior poderá optar pelo fornecimento do subsídio, em dinheiro, de 500\$ por cada dia efectivo de trabalho, destinado à aquisição de géneros, por cada trabalhador que tenha direito à refeição, suportando os encargos referidos no número anterior relativamente à manutenção e funcionamento do refeitório.

3 — Nas empresas onde não exista refeitório, a entidade patronal concederá a todos os trabalhadores abrangidos por este contrato, de acordo com o n.º 2, o subsídio diário de 500\$ para efeitos de alimentação.

4 — *(Mantém a redacção actual.)*

ANEXO II

Tabelas salariais

A) Serviços de fabrico

Mestre ou técnico (sector de bolachas)	102 250\$00
Encarregado (sector de chocolates)	99 500\$00
Ajudante de mestre ou técnico	92 500\$00
Ajudante de encarregado	89 500\$00
Oficial de 1.ª	80 500\$00
Oficial de 2.ª	75 750\$00
Auxiliar	62 500\$00

B) Serviços complementares

Encarregado	64 750\$00
Ajudante de encarregado	62 250\$00
Operário de 1.ª	59 500\$00
Operário de 2.ª	56 750\$00

C) Serviços não especializados

Operário auxiliar	56 500\$00
-------------------------	------------

1 — Os encarregados dos serviços complementares que tenham 40 ou mais trabalhadores sob a sua direcção terão direito a auferir mais 6600\$ sobre o indicado na tabela salarial.

2 — Os ajudantes de encarregados dos serviços complementares que tenham 40 ou mais trabalhadores sob a sua direcção terão direito a auferir mais 3830\$ sobre o indicado na tabela salarial.

Lisboa, 3 de Maio de 1996.

Pela AIBA — Associação dos Industriais de Bolachas e Afins:

(Assinatura ilegível.)

Pela ACHOC — Associação dos Industriais de Chocolates e Afins:

(Assinatura ilegível.)

Pela FSIABT — Federação dos Sindicatos das Indústrias de Alimentação, Bebidas e Tabacos:

(Assinatura ilegível.)

Declaração

Para os devidos efeitos se declara que a FSIABT — Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores das Indústrias de Alimentação, Bebidas e Tabacos representa os seguintes Sindicatos:

- Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Alimentação do Norte;
- Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Alimentação do Distrito de Viseu;
- Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Alimentares da Beira Interior;
- Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Alimentar do Centro, Sul e Ilhas.

E para que esta declaração produza os seus efeitos legais, vai ser assinada e autenticada com o selo branco em uso nesta Federação.

Lisboa, 24 de Junho de 1996. — Pela Direcção Nacional, *(Assinatura ilegível.)*

Entrado em 25 de Junho de 1996.

Depositado em 27 de Junho de 1996, a fl. 12 do livro n.º 8, com o n.º 254/96, nos termos do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, na sua redacção actual.

CCT entre a AIT — Assoc. dos Industriais de Tomate e a FSIABT — Feder. dos Sind. dos Trabalhadores das Ind. de Alimentação, Bebidas e Tabacos e outros — Alteração salarial e outras

A presente revisão do CCT para a indústria de tomate, publicado no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.º 3, de 22 de Janeiro de 1981, e com última revisão no *Boletim do Trabalho e Emprego*, n.º 25, de 8 de Julho de 1995, dá nova redacção às seguintes matérias:

Cláusula 28.ª

Retribuição

4 — Os trabalhadores que exercem, e enquanto exercem, funções de pagamento ou recebimento têm direito a um abono mensal para falhas de 4100\$.

Cláusula 28.ª-A

Diuturnidades

6 — Os valores da 1.ª e 2.ª diuturnidades são, respectivamente, de 4000\$ e de 3500\$.

Cláusula 70.ª

Refeitório, subsídio de alimentação e cantina

1 —

2 — As empresas comparticiparão com uma importância de 400\$ por cada refeição servida no refeitório, que será gerido pelos trabalhadores. Este subsídio não integra gastos com pessoal, equipamento e seu funcionamento.

3 — As empresas que não possuam refeitório atribuirão a todos os trabalhadores um subsídio diário de 700\$.

Cláusula 90.ª

Produção de efeitos

A tabela salarial e as cláusulas de expressão pecuniária produzem efeitos a partir de 1 de Janeiro de 1996.

ANEXO III

Tabela de remunerações mínimas

Níveis	Remunerações mínimas mensais
0:	
A	222 600\$00
B	184 500\$00
C	161 000\$00
D	140 000\$00
1	112 400\$00
2	103 500\$00

Níveis	Remunerações mínimas mensais
3	95 800\$00
4	86 200\$00
5	81 700\$00
6	76 800\$00
7	72 100\$00
8	67 600\$00
9	61 700\$00
10	57 100\$00
11	55 600\$00
12	42 900\$00
13	41 700\$00
14	41 500\$00

Lisboa, 7 de Fevereiro de 1996.

Pela Associação dos Industriais de Tomate:

(Assinatura ilegível.)

Pela FSIABT — Federação dos Sindicatos das Indústrias de Alimentação, Bebidas e Tabacos:

(Assinatura ilegível.)

Pela FETESE — Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores de Escritório e Serviços:

(Assinatura ilegível.)

Pela FEPCES — Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio, Escritórios e Serviços:

(Assinatura ilegível.)

Pela FSTRU — Federação dos Sindicatos dos Transportes Rodoviários e Urbanos:

(Assinatura ilegível.)

Pelo Sindicato dos Quadros Técnicos de Desenho:

(Assinatura ilegível.)

Pelo Sindicato dos Técnicos de Vendas:

(Assinatura ilegível.)

Pelo SIFOMATE — Sindicato dos Fogageiros de Mar e Terra:

(Assinatura ilegível.)

Declaração

Para os devidos efeitos se declara que a FSIABT — Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores das Indústrias de Alimentação, Bebidas e Tabacos representa os seguintes sindicatos:

Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Alimentação do Norte;
Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Alimentação do Distrito de Viseu;
Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Alimentares da Beira Interior;
Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Alimentar do Centro, Sul e Ilhas.
Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Alimentação do Sul e Tabacos.

E para que esta declaração produza os seus efeitos legais, vai ser assinada e autenticada com o selo branco em uso nesta Federação.

Lisboa, 5 de Março de 1996. — Pela Direcção Nacional, (Assinatura ilegível.)

Declaração

A FETESE — Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores de Escritório e Serviços, por si e em representação dos sindicatos seus filiados:

SITese — Sindicato dos Trabalhadores de Escritório, Comércio, Serviços e Novas Tecnologias;
STEIS — Sindicato dos Trabalhadores de Escritório, Informática e Serviços da Região Sul;
SITEMAQ — Sindicato da Mestrança e Marinhagem da Marinha Mercante e Fogueiros de Terra;
STESCB — Sindicato dos Trabalhadores de Escritório, Serviços e Comércio de Braga;
SINDCES/C-N — Sindicato Democrático do Comércio, Escritório e Serviços/Centro-Norte.

Lisboa, 13 de Fevereiro de 1996. — Pelo Secretariado:
(Assinaturas ilegíveis.)

Declaração

Para todos os efeitos se declara que a FEPCES — Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio, Escritórios e Serviços representa os seguintes sindicatos:

Sindicato dos Trabalhadores do Comércio e Serviços do Distrito de Braga;
Sindicato dos Trabalhadores do Comércio e Escritórios do Distrito de Castelo Branco;
Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços do Distrito de Coimbra;
Sindicato dos Profissionais de Escritório e Comércio do Distrito da Guarda;
Sindicato dos Trabalhadores do Comércio e Escritórios do Distrito de Leiria;
Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços do Distrito de Lisboa;
Sindicato dos Trabalhadores do Comércio e Serviços do Distrito do Porto;
Sindicato dos Trabalhadores do Comércio e Serviços do Distrito de Santarém;
Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços do Sul;
Sindicato dos Trabalhadores de Escritório e Comércio do Distrito de Viana do Castelo;
Sindicato dos Trabalhadores de Escritório, Comércio e Serviços do Distrito de Viseu;
Sindicato dos Empregados de Escritório e Caixeiros da Horta;
Sindicato dos Trabalhadores de Escritório, Comércio e Serviços da Região Autónoma da Madeira;

Sindicato dos Trabalhadores de Escritório e Comércio de Angra do Heroísmo;
Sindicato dos Trabalhadores Aduaneiros em Despachantes e Empresas;
Sindicato dos Trabalhadores de Serviços de Portaria, Vigilância, Limpeza, Domésticas, Profissões Similares e Actividades Diversas;
Sindicato dos Profissionais de Escritório, Comércio, Serviços e Correlativos das Ilhas de São Miguel e Santa Maria;
Sindicato dos Escritórios e Serviços do Norte.

Pela Comissão Executiva da Direcção Nacional, (Assinatura ilegível.)

Declaração

A FSTRU — Federação dos Sindicatos de Transportes Rodoviários e Urbanos/CGTP-IN representa os seguintes sindicatos:

Sindicato dos Trabalhadores de Transportes Rodoviários de Aveiro;
Sindicato dos Transportes Rodoviários do Distrito de Braga;
Sindicato dos Transportes Rodoviários do Distrito de Coimbra;
Sindicato dos Transportes Rodoviários do Distrito de Faro;
Sindicato dos Trabalhadores de Transportes Rodoviários e Urbanos do Centro;
Sindicato dos Trabalhadores de Transportes Rodoviários e Urbanos do Norte;
Sindicato dos Trabalhadores de Transportes Rodoviários do Sul;
Sindicato dos Trabalhadores de Transportes Rodoviários do Distrito de Vila Real;
Sindicato dos Transportes Rodoviários do Distrito de Viana do Castelo;
Sindicato dos Transportes Rodoviários e Urbanos de Viseu e Guarda;
Sindicato dos Trabalhadores de Transportes Rodoviários da Região Autónoma da Madeira;
Sindicato dos Trabalhadores de Transportes Colectivos do Distrito de Lisboa — TUL.

Pela Comissão Executiva, (Assinatura ilegível.)

Entrado em 25 de Junho de 1996.

Depositado em 27 de Junho de 1996, a fl. 13 do livro n.º 8, com o n.º 263/96, nos termos do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, na sua redacção actual.

CCT entre a Assoc. Portuguesa das Ind. de Malha e Confecção e outras e a FEPCES — Feder. Portuguesa dos Sind. do Comércio, Escritórios e Serviços — Alteração salarial e outras

CAPÍTULO I

Cláusula 1.ª

Área e âmbito

- 1 —
2 —

Cláusula 2.ª

Vigência e denúncia

- 1 —
2 — Independentemente da data da sua publicação, a tabela salarial e demais cláusulas com expressão pecuniária vigoram no período compreendido entre 1 de Janeiro e 31 de Dezembro de 1996.
3 —

Cláusula 8.ª

Acessos

- 1 a 3 —
4 — (Eliminado.)
5 a 9 —

Cláusula 19.ª

Direitos dos trabalhadores nas grandes deslocações no continente e Regiões Autónomas

- 1 —
a)
b) A uma remuneração correspondente à verba de 950\$ por dia;
c)
2 —

Cláusula 56.ª

Abono para falhas

O caixa tem direito a um abono mensal para falhas de 3700\$.

Cláusula 57.ª

Subsídio de refeição

1 — Os trabalhadores abrangidos pelo presente CCT terão direito a um subsídio de refeição no valor de 420\$ por cada dia completo de trabalho efectivamente prestado a que o trabalhador esteja obrigado.

- 2 a 6 —

ANEXO I

A) Categorias profissionais e respectivas funções

A designação de paquete é substituída por *contínuo estagiário*, com as mesmas funções:

Trabalhador menor de 18 anos que presta unicamente os serviços referidos na definição de funções dos contínuos.

ANEXO III

Tabela salarial

Grupos	Categorias profissionais	Remunerações
A	Chefe de escritório	110 000\$00
	Director de serviços	
	Secretário-geral	
B	Analista de sistemas	102 100\$00
	Chefe de departamento	
	Chefe de serviços	
	Contabilista/técnico de contas	
C	Chefe de secção	96 000\$00
	Guarda-livros	
	Programador	
	Tesoureiro	
D	Correspondente em línguas estrangeiras	88 400\$00
	Programador mecanográfico	
	Secretário de direcção	
E	Caixa	85 400\$00
	Primeiro-escriturário	
	Esteno-dactilógrafo em línguas estrangeiras	
	Operador mecanográfico	
F	Cobrador	76 300\$00
	Segundo-escriturário	
	Operador de máquinas de contabilidade	
	Perfurador-verificador	
G	Terceiro-escriturário	68 200\$00
	Dactilógrafo	
	Recepcionista	
	Telefonista	
H	Contínuo	55 700\$00
	Estagiário (3.º ano)	
	Dactilógrafo tirocinante	
	Servente de limpeza	
I	Contínuo estagiário (17 anos)	51 100\$00
	Estagiário (2.º ano)	
J	Contínuo estagiário (15/16 anos)	46 800\$00
	Estagiário (1.º ano)	

Porto, 28 de Maio de 1996.

Pela APIM — Associação Portuguesa das Indústrias de Malha e Confecção:
(Assinatura ilegível)

Pela Associação Portuguesa de Têxteis e Vestuário;

(Assinatura ilegível)

Pela Associação Portuguesa de Importadores de Algodão em Branco;

(Assinatura ilegível)

Pela ANITT-LAR — Associação Nacional das Indústrias de Têxteis e Têxteis-Lã;

(Assinatura ilegível)

Pela FEPCE — Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio, Escritórios e Serviços;

(Assinatura ilegível)

Declaração

Para todos os efeitos se declara que a FEPCE — Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio, Escritórios e Serviços representa os seguintes sindicatos:

- Sindicato dos Trabalhadores do Comércio e Serviços do Distrito de Braga;
- Sindicato dos Trabalhadores do Comércio e Escritórios do Distrito de Castelo Branco;
- Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços do Distrito de Coimbra;
- Sindicato dos Profissionais de Escritório e Comércio do Distrito da Guarda;
- Sindicato dos Trabalhadores do Comércio e Escritórios do Distrito de Leiria;
- Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços do Distrito de Lisboa;
- Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços do Norte;

- Sindicato dos Trabalhadores do Comércio e Serviços do Distrito de Santarém;
- Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços do Sul;
- Sindicato dos Trabalhadores de Escritório, Comércio e Serviços do Distrito de Viseu;
- Sindicato dos Empregados de Escritório e Caixeiros da Horta;
- Sindicato dos Trabalhadores de Escritório, Comércio e Serviços da Região Autónoma da Madeira;
- Sindicato dos Trabalhadores de Escritório e Comércio de Angra do Heroísmo;
- Sindicato dos Trabalhadores Aduaneiros em Despachantes e Empresas;
- Sindicato dos Trabalhadores de Serviços de Portaria, Vigilância, Limpeza, Domésticas, Profissões Similares e Actividades Diversas;
- Sindicato dos Profissionais de Escritório, Comércio, Serviços e Correlativos das Ilhas de São Miguel e de Santa Maria.

Pela Comissão Executiva da Direcção Nacional;

(Assinatura ilegível)

Entrado em 25 de Junho de 1996.

Depositado em 28 de Junho de 1996, a fl. 13 do livro n.º 8, com o n.º 264/96, nos termos do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 519-CI/79, na sua redacção actual.

CCT entre a APEQ — Assoc. Portuguesa das Empresas Químicas e outras e o SITEMAQ — Sind. da Mestrança e Marinhagem da Marinha Mercante e Fogueiros de Terra e outro — Alteração salarial e outras.

As partes identificadas na cláusula 1.ª acordam em introduzir as seguintes alterações ao CCT para os trabalhadores fogueiros das indústrias químicas:

Cláusula 1.ª

Área e âmbito

O presente CCT aplica-se em todo o território nacional e obriga, por uma parte, todas as empresas representadas nas seguintes associações patronais:

- Associação da Indústria e Comércio de Colas e Similares;
- Associação dos Industriais de Cosmética, Perfumaria e Higiene Corporal;
- Associação dos Industriais e Exportadores de Produtos Resinosos;
- Associação dos Industriais de Margarinas e Gorduras Alimentares;
- Associação dos Industriais Refinadores e Extractores de Girassol;
- Associação dos Industriais de Sabões, Detergentes e Produtos de Conservação e Limpeza;
- Associação Nacional dos Industriais de Recauchutagem de Pneus;

- Associação Portuguesa das Empresas Químicas;
- Associação Portuguesa dos Fabricantes de Tintas e Vernizes;
- Associação Portuguesa da Indústria de Plásticos;
- Associação Portuguesa dos Industriais de Borracha;
- Associação Nacional da Indústria para a Protecção das Plantas;

e, por outra parte, todos os trabalhadores ao serviço daquelas empresas e filiados nas associações sindicais outorgantes.

Cláusula 19.ª

Refeitórios, subsídios de alimentação

- 1 —
- 2 —
 - a) Empresas até 50 trabalhadores — 380\$;
 - b) Empresas com mais de 50 trabalhadores — 460\$;

O subsídio será devido sempre que o trabalhador preste serviço antes e depois da refeição.

- 3 —

ANEXO I

Categorias profissionais e remunerações mínimas mensais

Tabela a vigorar entre 1 de Janeiro de 1996
e 31 de Dezembro de 1996

Fogoeiro de 1.ª classe	87 200\$00
Fogoeiro de 2.ª classe	83 000\$00
Fogoeiro de 3.ª classe	78 100\$00
Chegadores (ajudantes ou aprendizes):	
3.º ano de serviço	73 600\$00
2.º ano de serviço	69 500\$00
1.º ano de serviço	64 000\$00

1 — Os trabalhadores que exerçam a função de encarregado terão uma remuneração de, pelo menos, 20 % acima da retribuição do profissional mais qualificado. Para que esta situação se verifique terá de existir no quadro de fogueiros um mínimo de três profissionais com essa categoria.

2 — A tabela salarial produz efeitos, sem quaisquer outras repercussões, a partir de 1 de Janeiro de 1996.

Produz ainda efeitos a partir de 1 de Janeiro de 1996 a alteração à cláusula 19.ª «Refeitórios, subsídios de alimentação».

Lisboa, 11 de Junho de 1996.

Pela Associação da Indústria e Comércio de Colas e Similares:
(Assinatura ilegível.)

Pela Associação dos Industriais de Cosmética, Perfumaria e Higiene Corporal:
(Assinatura ilegível.)

Pela Associação Portuguesa dos Industriais e Exportadores de Produtos Resinosos:

(Assinatura ilegível.)

Pela Associação dos Industriais de Margarinas e Produtos Alimentares:

(Assinatura ilegível.)

Pela Associação dos Industriais Refinadores e Extractores de Girassol:

(Assinatura ilegível.)

Pela Associação dos Industriais de Sabões, Detergentes e Produtos de Conservação e Limpeza:

(Assinatura ilegível.)

Pela Associação dos Nacionais dos Industriais de Recauchutagem de Pneus:

(Assinatura ilegível.)

Pela Associação Portuguesa das Empresas Químicas:

(Assinatura ilegível.)

Pela Associação Portuguesa dos Fabricantes de Tintas e Vernizes:

(Assinatura ilegível.)

Pela Associação Portuguesa da Indústria de Plásticos:

(Assinatura ilegível.)

Pela Associação Portuguesa dos Industriais de Borracha:

(Assinatura ilegível.)

Pela Associação Nacional da Indústria para a Protecção das Plantas:

(Assinatura ilegível.)

Pelo SITEMAQ — Sindicato da Mestrança e Marinhagem da Marinha Mercante e Fogueiros de Terra:

(Assinatura ilegível.)

Pelo SIFOMATE — Sindicato dos Fogueiros de Mar e Terra:

(Assinatura ilegível.)

Entrado em 19 de Junho de 1996.

Depositado em 27 de Junho de 1996, a fl. 13 do livro n.º 8, com o n.º 262/96, nos termos do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, na sua redacção actual.

CCT entre a APC — Assoc. Portuguesa de Cerâmica (barro branco) e a FETICEQ — Feder. dos Trabalhadores das Ind. Cerâmica, Vidreira, Extractiva, Energia e Química — Alteração salarial

CAPÍTULO I

Área e âmbito

Cláusula 1.ª

Área e âmbito

A presente convenção obriga a APC — Associação Portuguesa de Cerâmica e as empresas nela filiadas no momento do início do processo negocial, bem como as empresas que nela se filiem durante o respectivo período de vigência, e os trabalhadores ao seu serviço que sejam membros das associações sindicais signatárias ou representados por estas.

Cláusula 2.ª

Vigência

1 — O presente contrato entra em vigor decorrido o prazo legalmente fixado, após a sua publicação no *Boletim do Trabalho e Emprego*, e é válido pelo período de um ano, mantendo-se contudo em vigor até ser substituído por novo contrato.

2 — A tabela salarial produz efeitos a partir de 1 de Janeiro de 1996.

3 —

Tabela salarial

Grupo	Remuneração
03	245 500\$00
02	217 050\$00
01	184 300\$00
0	160 400\$00
1	126 450\$00
2	114 300\$00
3	103 900\$00
4	99 200\$00
5	95 350\$00
5-A	88 100\$00
6	86 250\$00
7	81 450\$00
8	77 750\$00
9	73 250\$00
10	69 850\$00
11	59 600\$00
12	53 550\$00

Grupo	Remuneração
13	49 300\$00
14	45 400\$00
15	41 330\$00
16	40 050\$00

Pela APC — Associação Portuguesa de Cerâmica:

(Assinatura ilegível.)

Pela FETICEQ — Federação dos Trabalhadores das Indústrias de Cerâmica, Vidreira, Extractiva e Química, em representação do Sindicato Nacional dos Trabalhadores das Indústrias Cerâmica, Cimentos, Abrasivos, Vidro e Similares e SINDEQ — Sindicato Democrático da Energia, Química e Indústrias Diversas:

(Assinatura ilegível.)

Entrado em 19 de Junho de 1996.

Depositado em 27 de Junho de 1996, a fl. 13 do livro n.º 8, com o n.º 260/96, nos termos do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, na sua redacção actual.

CCT entre a APC — Assoc. Portuguesa de Cerâmica (barro branco) e a Feder. dos Sind. das Ind. de Cerâmica, Cimento e Vidro de Portugal e outros — Alteração salarial e outra

CAPÍTULO I

Área e âmbito

Cláusula 1.ª

Área e âmbito

A presente convenção obriga a APC — Associação Portuguesa de Cerâmica e as empresas nela filiadas no momento do início do processo negocial, bem como as empresas que nela se filiem durante o respectivo período de vigência, e os trabalhadores ao seu serviço que sejam membros das associações sindicais signatárias ou representados por estas.

Cláusula 2.ª

Vigência

1 — O presente contrato entra em vigor decorrido o prazo legalmente fixado, após a sua publicação no *Boletim do Trabalho e Emprego*, e é válido pelo período de

um ano, mantendo-se contudo em vigor até ser substituído por novo contrato.

2 — A tabela salarial produz efeitos a partir de 1 de Janeiro de 1996.

Cláusula 3.ª

Denúncia e revisão do contrato

3 — (Eliminado.)

6 — (Eliminado.)

Cláusula 20.ª

Direitos especiais da mulher

1 —

2 — Licença por maternidade de 98 dias, 60 dos quais necessariamente a seguir ao parto, podendo os restantes ser gozados, total ou parcialmente, antes ou depois do parto.

ANEXO IV
Tabela salarial

Grupo	Remuneração
03.....	245 500\$00
02.....	217 050\$00
01.....	184 300\$00
0.....	160 400\$00
1.....	126 450\$00
2.....	114 300\$00
3.....	103 900\$00
4.....	99 200\$00
5.....	95 350\$00
5-A.....	88 100\$00
6.....	86 250\$00
7.....	81 450\$00
8.....	77 750\$00
9.....	73 250\$00
10.....	69 850\$00
11.....	59 600\$00
12.....	53 550\$00
13.....	49 300\$00
14.....	45 400\$00
15.....	41 330\$00
16.....	40 050\$00

Pela APC — Associação Portuguesa de Cerâmica;

(Assinatura ilegível.)

Pela Federação dos Sindicatos das Indústrias de Cerâmica, Cimento e Vidro de Portugal;

(Assinatura ilegível.)

Pela Federação Nacional dos Sindicatos da Construção, Madeiras e Mármore;

(Assinatura ilegível.)

Pela Federação dos Sindicatos de Transportes Rodoviários Urbanos;

(Assinatura ilegível.)

Pela Federação dos Sindicatos da Metalurgia, Metalomecânica e Minho de Portugal;

(Assinatura ilegível.)

Pela Federação dos Sindicatos do Comércio, Escritórios e Serviços;

(Assinatura ilegível.)

Pelo Sindicato dos Enfermeiros da Zona Centro;

(Assinatura ilegível.)

Pelo Sindicato dos Fogueiros de Mar e Terra;

(Assinatura ilegível.)

Pelo Sindicato dos Engenheiros Técnicos;

(Assinatura ilegível.)

Pelo Sindicato dos Quadros e Técnicos de Desenho;

(Assinatura ilegível.)

Declaração

Para os devidos efeitos se declara que a Federação dos Sindicatos das Indústrias de Cerâmica, Cimento e Vidro de Portugal representa os seguintes Sindicatos:

Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Cerâmica, Cimentos e Similares do Distrito de Leiria;

Sindicato dos Trabalhadores de Cerâmica, Construção e Madeiras de Aveiro;

Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Cerâmica, Cimentos e Similares do Distrito de Viana do Castelo;

Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Cerâmica, Cimentos e Similares do Distrito de Setúbal;

Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Cerâmica, Cimentos e Similares do Distrito do Porto;

Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Cerâmica, Cimentos e Similares dos Distritos de Lisboa, Santarém e Portalegre;

Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Cerâmica, Cimentos e Similares do Distrito de Coimbra;

Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil, Madeiras, Mármore, Pedreiras e Cerâmica dos Distritos de Viseu e Guarda;

Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil, Madeiras, Cerâmica, Cimentos e Similares do Distrito de Castelo Branco.

Pela Federação, (Assinatura ilegível.)

Declaração

Para os devidos efeitos se declara que a Federação Nacional dos Sindicatos da Construção, Madeiras, Mármore e Materiais de Construção representa os seguintes Sindicatos:

Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Construção Civil, Mármore e Madeiras do Alentejo;

Sindicato dos Trabalhadores da Cerâmica, Construção e Madeiras de Aveiro;

Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil e Madeiras do Distrito de Braga;

Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil, Madeiras, Cerâmica, Cimentos e Similares do Distrito de Castelo Branco;

Sindicato dos Operários da Construção Civil, Madeiras, Mármore e Afins do Distrito de Coimbra;

Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil, Madeiras e Mármore do Distrito de Faro;

Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil, Madeiras, Mármore e Pedreiras do Distrito de Leiria;

Sindicato dos Trabalhadores da Construção, Mármore e Madeiras do Distrito de Lisboa.

Sindicatos dos Trabalhadores das Indústrias de Construção, Madeiras, Mármore e Pedreiras dos Distritos do Porto e Aveiro;

Sindicato dos Trabalhadores da Construção, Madeiras e Mármore do Distrito de Santarém;

Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil, Madeiras e Mármore do Distrito de Setúbal;

Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Construção Civil, Madeiras, Metalurgia e Metalomecânica de Trás-os-Montes e Alto Douro;

Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil, Madeiras, Mármore e Pedreiras do Distrito de Viana do Castelo;

Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil, Madeiras, Mármore, Pedreiras e Cerâmica dos Distritos de Viseu e Guarda;

Sindicato dos Profissionais das Indústrias Transformadoras do Distrito de Angra do Heroísmo;

Sindicato Livre dos Operários da Construção Civil e Oficinas Correlativas da Região Autónoma da Madeira;

Sindicato da Construção Civil do Distrito da Horta;

Sindicato dos Profissionais das Indústrias Transformadoras do Distrito de Ponta Delgada.

Lisboa, 29 de Março de 1996. — Pelo Conselho Nacional, (Assinatura ilegível.)

Declaração

A FSTRU — Federação dos Sindicatos de Transportes Rodoviários e Urbanos/CGTP-IN representa os seguintes Sindicatos:

Sindicato dos Trabalhadores de Transportes Rodoviários de Aveiro;
Sindicato dos Transportes Rodoviários do Distrito de Braga;
Sindicato dos Transportes Rodoviários do Distrito de Coimbra;
Sindicato dos Transportes Rodoviários do Distrito de Faro;
Sindicato dos Trabalhadores de Transportes Rodoviários e Urbanos do Centro;
Sindicato dos Trabalhadores de Transportes Rodoviários e Urbanos do Norte;
Sindicato dos Trabalhadores de Transportes Rodoviários do Sul;
Sindicato dos Trabalhadores de Transportes Rodoviários do Distrito de Vila Real;
Sindicato dos Transportes Rodoviários do Distrito de Viana do Castelo;
Sindicato dos Transportes Rodoviários e Urbanos de Viseu e Guarda;
Sindicato dos Trabalhadores de Transportes Rodoviários da Região Autónoma da Madeira;
Sindicato dos Trabalhadores de Transportes Colectivos do Distrito de Lisboa — TUL.

Pela Comissão Executiva, (*Assinatura ilegível*.)

Declaração

Para os devidos efeitos, declaramos que a Federação dos Sindicatos da Metalurgia, Metalomecânica e Minas de Portugal representa as seguintes organizações sindicais:

Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas e Metalomecânicas dos Distritos de Aveiro e Viseu;
Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas e Metalomecânicas do Distrito de Braga;
Sindicato dos Metalúrgicos do Distrito de Castelo Branco;
Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas e Metalomecânicas dos Distritos de Coimbra e Leiria;
Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas e Metalomecânicas do Distrito da Guarda;
Sindicato dos Metalúrgicos e Ofícios Correlativos da Região Autónoma da Madeira;
Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas e Metalomecânicas do Distrito de Lisboa;
Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas e Metalomecânicas do Distrito do Porto;
Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas e Metalomecânicas do Distrito de Santarém;
Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas e Metalomecânicas do Sul;
Sindicato dos Trabalhadores da Metalurgia e Metalomecânica do Distrito de Viana do Castelo;

Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil, Madeiras, Metalurgia e Metalomecânica de Trás-os-Montes e Alto Douro;
Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Mineira do Norte;
Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Mineira do Sul.

Lisboa, 27 de Março de 1996. — Pelo Secretariado, (*Assinatura ilegível*.)

Declaração

Para todos os efeitos se declara que a FEPCES — Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio, Escritórios e Serviços representa os seguintes Sindicatos:

Sindicato dos Trabalhadores do Comércio e Serviços do Distrito de Braga;
Sindicato dos Trabalhadores do Comércio e Escritórios do Distrito de Castelo Branco;
Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços do Distrito de Coimbra;
Sindicato dos Profissionais de Escritório e Comércio do Distrito da Guarda;
Sindicato dos Trabalhadores do Comércio e Escritórios do Distrito de Leiria;
Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços do Distrito de Lisboa;
Sindicato dos Trabalhadores do Comércio e Serviços do Distrito do Porto;
Sindicato dos Trabalhadores do Comércio e Serviços do Distrito de Santarém;
Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços do Sul;
Sindicato dos Trabalhadores de Escritório e Comércio do Distrito de Viana do Castelo;
Sindicato dos Trabalhadores de Escritório, Comércio e Serviços do Distrito de Viseu;
Sindicato dos Empregados de Escritório e Caixeiros da Horta;
Sindicato dos Trabalhadores de Escritório, Comércio e Serviços da Região Autónoma da Madeira;
Sindicato dos Trabalhadores de Escritório e Comércio de Angra do Heroísmo;
Sindicato dos Trabalhadores Aduaneiros em Despachantes e Empresas;
Sindicato dos Trabalhadores de Serviços de Portaria, Vigilância, Limpeza, Domésticas, Profissões Similares e Actividades Diversas;
Sindicato dos Profissionais de Escritório, Comércio, Serviços e Correlativos das Ilhas de São Miguel e Santa Maria;
Sindicato dos Escritórios e Serviços do Norte.

Pela Comissão Executiva da Direcção Nacional, (*Assinatura ilegível*.)

Entrado em 19 de Junho de 1996.

Depositado em 27 de Junho de 1996, a fl. 13 do livro n.º 8, com o n.º 259/96, nos termos do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, na sua redacção actual.

CCT entre a APC — Assoc. Portuguesa de Cerâmica (barro branco) e a FEPCES — Feder. Portuguesa dos Sind. do Comércio, Escritórios e Serviços e outra (administrativos) — Alteração salarial

CAPÍTULO I

Área, âmbito, vigência e revisão

Cláusula 1.ª

Área e âmbito

A presente convenção obriga a APC — Associação Portuguesa de Cerâmica e as empresas nela filiadas no momento do início do processo negocial, bem como as empresas que nela se filiem durante o respectivo período de vigência, e os trabalhadores ao seu serviço que sejam membros das associações sindicais signatárias ou representados por estas.

Cláusula 2.ª

Vigência

1 — Este CCT entra em vigor nos termos da lei e vigorará pelo prazo mínimo de 12 meses.

2 — A tabela de remunerações mínimas será revista anualmente.

CAPÍTULO XIV

Disposições finais e transitórias

1 — As matérias constantes do CCT são uma revisão à convenção publicada no *Boletim do Trabalho e Emprego*, respectivamente n.ºs 48, de 29 de Dezembro de 1982, e 25, de 8 de Julho de 1995. A tabela de remunerações certas mínimas aplica-se a partir de 1 de Janeiro de 1996.

Tabela salarial

Grupo	Categoria profissional	Vencimento
1	Técnico/licenciado/bacharel grau VI ...	244 200\$00
2	Técnico/licenciado/bacharel grau V ...	216 600\$00
3	Director de serviços Técnico/licenciado/bacharel grau IV ...	165 950\$00
4	Chefe de contabilidade com funções de técnico de contas Chefe de escritório Técnico de contas Técnico/licenciado/bacharel grau III ...	141 850\$00
5	Analista de sistemas Chefe de serviços, de departamento ou de divisão	126 900\$00
6	Assistente administrativo grau II Chefe de secção Guarda-livros Programador Tesoureiro Técnico/licenciado/bacharel grau II ...	115 900\$00
7	Assistente administrativo grau I Correspondente em línguas estrangeiras Operador de computador com mais de três anos Secretário de direcção Técnico/licenciado/bacharel grau I-B ...	104 400\$00

Grupo	Categoria profissional	Vencimento
8	Caixa Escriturário de 1.ª Operador de computador com menos de três anos Operador mecanográfico Técnico/bacharel grau I-A	100 050\$00
9	Cobrador Escriturário de 2.ª Perfurador-verificador/operador de registo de dados Operador de terminais	90 850\$00
10	Telefonista	81 150\$00
11	Contínuo com mais de 21 anos Porteiro	74 900\$00
12	Dactilógrafo do 2.º ano Estagiário do 2.º ano	72 800\$00
13	Contínuo de 18 a 21 anos Dactilógrafo do 1.º ano Estagiário	62 000\$00
14	Paquete de 16/17 anos	47 850\$00
15	Paquete de 15 anos	43 800\$00

Pela APC — Associação Portuguesa de Cerâmica:

(Assinatura ilegível.)

Pela FEPCES — Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio, Escritório e Serviços:

(Assinatura ilegível.)

Pela Federação dos Sindicatos das Indústrias de Cerâmica Cimento e Vidro de Portugal:

(Assinatura ilegível.)

Declaração

Para todos os efeitos se declara que a FEPCES — Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio, Escritórios e Serviços representa os seguintes sindicatos:

Sindicato dos Trabalhadores do Comércio e Serviços do Distrito de Braga;
Sindicato dos Trabalhadores do Comércio e Escritórios do Distrito de Castelo Branco;
Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços do Distrito de Coimbra;
Sindicato dos Profissionais de Escritório e Comércio do Distrito da Guarda;
Sindicato dos Trabalhadores do Comércio e Escritórios do Distrito de Leiria;
Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços do Distrito de Lisboa;
Sindicato dos Trabalhadores do Comércio e Serviços do Distrito do Porto;
Sindicato dos Trabalhadores do Comércio e Serviços do Distrito de Santarém;
Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços do Sul;
Sindicato dos Trabalhadores de Escritório e Comércio do Distrito de Viana do Castelo;

Sindicato dos Trabalhadores de Escritório, Comércio e Serviços do Distrito de Viseu;
Sindicato dos Empregados de Escritório e Caixeiros da Horta;
Sindicato dos Trabalhadores de Escritório, Comércio e Serviços da Região Autónoma da Madeira;
Sindicato dos Trabalhadores de Escritório e Comércio de Angra do Heroísmo;
Sindicato dos Trabalhadores Aduaneiros em Despachantes e Empresas;
Sindicato dos Trabalhadores de Serviços de Portaria, Vigilância, Limpeza, Domésticas, Profissões Similares e Actividades Diversas;

Sindicato dos Profissionais de Escritório, Comércio, Serviços e Correlativos das Ilhas de São Miguel e Santa Maria;
Sindicato dos Escritórios e Serviços do Norte.

Pela Comissão Executiva da Direcção Nacional, (*Assinatura ilegível.*)

Entrado em 19 de Junho de 1996.

Depositado em 27 de Junho de 1996, a fl. 12 do livro n.º 13, com o n.º 256/96, nos termos do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, na sua redacção actual.

CCT entre a APC — Assoc. Portuguesa de Cerâmica (barro branco) e a FETESE — Feder. dos Sind. dos Trabalhadores de Escritório e Serviços (administrativos) — Alteração salarial

CAPÍTULO I

Área, âmbito, vigência e revisão

Cláusula 1.ª

Área e âmbito

A presente convenção obriga a APC — Associação Portuguesa de Cerâmica e as empresas nela filiadas no momento do início do processo negocial, bem como as empresas que nela se filiem durante o respectivo período de vigência, e os trabalhadores ao seu serviço que sejam membros das associações sindicais signatárias ou representados por estas.

Cláusula 2.ª

Vigência

1 — Este CCT entra em vigor nos termos da lei e vigorará pelo prazo mínimo de 12 meses.

2 — A tabela de remunerações mínimas será revista anualmente.

CAPÍTULO XIV

Disposições finais e transitórias

1 — As matérias constantes do CCT são uma revisão à convenção publicada no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.º 25, de 8 de Julho de 1995. A tabela de remunerações certas mínimas aplica-se a partir de 1 de Janeiro de 1996.

nerações certas mínimas aplica-se a partir de 1 de Janeiro de 1996.

Tabela salarial

Grupo	Categoria profissional	Vencimento
1	Técnico/licenciado/bacharel grau VI	244 200\$00
2	Técnico/licenciado/bacharel grau V	216 600\$00
3	Director de serviços Técnico/licenciado/bacharel grau IV	165 950\$00
4	Chefe de contabilidade com funções de técnico de contas Chefe de escritório Técnico de contas Técnico/licenciado/bacharel grau III	141 850\$00
5	Analista de sistemas Chefe de serviços, de departamento ou de divisão	126 900\$00
6	Assistente administrativo grau II Chefe de secção Guarda-livros Programador Tesoureiro Técnico/licenciado/bacharel grau II	115 900\$00
7	Assistente administrativo grau I Correspondente em línguas estrangeiras Operador de computador com mais de três anos Secretário de direcção Técnico/licenciado/bacharel grau I-II ..	104 400\$00

Grupo	Categoria profissional	Vencimento
8	Caixa	100 050\$00
	Primeiro-escrevente	
	Operador de computador com menos de três anos	
	Operador mecanográfico	
	Técnico/hacharel grau 1-A	
9	Cobrador	90 850\$00
	Segundo-escrevente	
	Perfurador-verificador/operador de registo de dados	
	Operador de terminais	
10	Fogoeiro de 1.ª	81 150\$00
11	Contínuo com mais de 21 anos	74 900\$00
	Porteiro	
	Fogoeiro de 2.ª	
12	Dactilógrafo do 2.º ano	72 800\$00
	Estagiário do 2.º ano	
	Fogoeiro de 3.ª	
13	Ajudante de fogoeiro do 3.º ano	62 000\$00
	Contínuo de 18 a 21 anos	
	Dactilógrafo do 1.º ano	
	Estagiário do 1.º ano	

Grupo	Categoria profissional	Vencimento
14	Ajudante de fogoeiro do 2.º ano	47 850\$00
	Paquete de 16/17 anos	
15	Ajudante de fogoeiro do 1.º ano	43 800\$00
	Paquete de 15 anos	

Lisboa, 19 de Março de 1996.

Pela APC — Associação Portuguesa de Cerâmica:

(Assinatura ilegível)

Pela FETESE — Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores de Escritório e Serviços, em representação dos seguintes sindicatos filiados:

SITSES — Sindicato dos Trabalhadores de Escritório, Comércio, Serviços e Novas Tecnologias;
 STESS — Sindicato dos Trabalhadores de Escritório, Informática e Serviços da Região Sul;
 SITEMAQ — Sindicato da Mestranga e Marinhagem da Marinha Mercante e Fogoeiros de Terra;
 STESCB — Sindicato dos Trabalhadores de Escritório, Serviços e Comércio de Braga;
 SINDECS/C-N — Sindicato Democrático do Comércio, Escritório e Serviços/Centro-Norte;

António Maria Teixeira de Matos Cordeiro.

Entrado em 19 de Junho de 1996.

Depositado em 27 de Junho de 1996, a fl. 12 do livro n.º 8, com o n.º 257/96, nos termos do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 519-C/79, na sua redacção actual.

CCT entre a APC — Assoc. Portuguesa de Cerâmica (barro branco) e o SITESC — Sind. dos Trabalhadores de Escritório, Serviços e Comércio (administrativos) — Alteração salarial

CAPÍTULO I

Área, âmbito, vigência e revisão

Cláusula 1.ª

Área e âmbito

A presente convenção obriga a APC — Associação Portuguesa de Cerâmica e as empresas nela filiadas no momento do início do processo negocial, bem como as empresas que nela se filiem durante o respectivo período de vigência, e os trabalhadores ao seu serviço que sejam membros das associações sindicais signatárias ou representados por estas.

Cláusula 2.ª

Vigência

1 — Este CCT entra em vigor nos termos da lei e vigorará pelo prazo mínimo de 12 meses.

2 — A tabela de remunerações mínimas será revista anualmente.

CAPÍTULO XIV

Disposições finais e transitórias

1 — As matérias constantes do CCT são uma revisão à convenção publicada no *Boletim do Trabalho e Emprego*,

respectivamente n.º 48, de 29 de Dezembro de 1982, e 25, de 8 de Julho de 1995. A tabela de remunerações certas mínimas aplica-se a partir de 1 de Janeiro de 1996.

Tabela salarial

Grupo	Categoria profissional	Vencimento
1	Técnico/licenciado/bacharel grau VI	244 200\$00
2	Técnico/licenciado/bacharel grau V	216 600\$00
3	Director de serviços Técnico/licenciado/bacharel grau IV	165 950\$00
4	Chefe de contabilidade com funções de técnico de contas Chefe de escritório Técnico de contas Técnico/licenciado/bacharel grau III	141 850\$00
5	Analista de sistemas Chefe de serviços, de departamento ou de divisão	126 900\$00
6	Assistente administrativo grau II Chefe de secção Guarda-livros Programador Tesoureiro Técnico/licenciado/bacharel grau II	115 900\$00
7	Assistente administrativo grau I Correspondente em línguas estrangeiras Operador de computador com mais de três anos Secretário de direcção Técnico/licenciado/bacharel grau I-B	104 400\$00
8	Caixa Escriturário de 1.ª	100 050\$00

Grupo	Categoria profissional	Vencimento
8	Operador de computador com menos de três anos Operador mecanográfico Técnico/bacharel grau I-A	100 050\$00
9	Cobrador Escriturário de 2.ª Perfurador-verificador/operador de registo de dados Operador de terminais	90 850\$00
10	Telefonista	81 150\$00
11	Contínuo com mais de 21 anos Porteiro	74 900\$00
12	Dactilógrafo do 2.º ano Estagiário do 2.º ano	72 800\$00
13	Contínuo de 18 a 21 anos Dactilógrafo do 1.º ano Estagiário do 1.º ano	62 000\$00
14	Paquete de 16/17 anos	47 850\$00
15	Paquete de 15 anos	43 800\$00

Pela APC — Associação Portuguesa de Cerâmica:

(Assinatura ilegível.)

Pelo SITESC — Sindicato dos Trabalhadores de Escritório, Serviços e Comércio:

(Assinatura ilegível.)

Entrado em 19 de Junho de 1996.

Depositado em 27 de Junho de 1996, a fl. 12 do livro n.º 8, com o n.º 258/96, nos termos do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 519-CI/79, na sua redacção actual.

CCT entre a ARAN — Assoc. Nacional do Ramo Automóvel e outra e o SIMA — Sind. das Ind. Metalúrgicas e Afins — Alteração salarial e outra

CAPÍTULO I Âmbito e vigência

Cláusula 1.ª

Âmbito

O presente CCT obriga, por um lado, todas as empresas que se dedicam à actividade de garagens, estações de serviço, parques de estacionamento, postos de abastecimento de combustíveis, postos de assistência a pneumáticos e revenda e distribuição de gás em toda a área nacional ins-

critas na associação patronal signatária e, por outro, os trabalhadores ao serviço das referidas empresas representados pelas associações sindicais outorgantes.

Cláusula 2.ª

Vigência do contrato

- 1 — (Mantém-se a redacção do CCT em vigor.)
- 2 — As tabelas salariais produzirão efeitos a partir de 1 de Fevereiro de 1996.
- 3, 4 e 5 — (Mantém-se a redacção do CCT em vigor.)

Cláusula 23.*

Deslocações

1 e 2 — (Mantém-se a redacção do CCT em vigor.)

3 — Quando deslocado em serviço, o trabalhador terá direito a um subsídio para alojamento e alimentação calculado pela fórmula $N \times 5500\$$, sendo N os dias efectivos de deslocação.

4 — (Mantém-se a redacção do CCT em vigor.)

5 — No caso de deslocações inferiores a um dia, o trabalhador tem direito à cobertura total das despesas, transporte e alimentação efectuadas em serviço mediante apresentação do respectivo recibo, não podendo, todavia, exceder os seguintes valores:

Pequeno-almoço — 275\$;

Almoço ou jantar — 1320\$;

Dormida — 3500\$.

ANEXO I

Tabela salarial

Grupo	Remuneração
A	92 700\$00
B	88 950\$00

Grupo	Remuneração
C	82 050\$00
D	75 050\$00
E	72 950\$00
F	68 050\$00
G	65 950\$00
H	62 700\$00
I	60 900\$00
J	58 200\$00
L	55 900\$00
M	48 400\$00
N	41 000\$00
O	41 000\$00

Porto, 29 de Maio de 1996.

Pelo SDMA — Sindicato das Indústrias Metalúrgicas e Afins:

(Assinatura legível.)

Pela ARAN — Associação Nacional do Ramo Automóvel:

(Assinatura legível.)

Pela AIM — Associação Industrial do Minho:

(Assinatura legível.)

Entrado em 20 de Junho de 1996.

Depositado em 27 de Junho de 1996, a fl. 12 do livro n.º 8, com o n.º 255/96, nos termos do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, na sua redacção actual.

CCT entre a Assoc. Comercial dos Concelhos de Oeiras e Amadora e outras e o CESL — Sind. dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços e outros — Alteração salarial

Cláusula 58.*

Aplicação das tabelas salariais

As tabelas salariais estabelecidas neste CCTV aplicam-se desde 1 de Maio de 1996.

ANEXO III-A

Tabela geral de remunerações mínimas

a) A tabela 0 aplicar-se-á às empresas em que a média do IRC fixada nos últimos três anos seja igual ou inferior a 95 000\$.

b) A tabela 1 aplicar-se-á às empresas em que a média do IRC fixada nos últimos três anos seja superior a 95 000\$ e até 385 000\$.

c) A tabela 2 aplicar-se-á às empresas em que a média do IRC fixada nos últimos três anos seja superior a 385 000\$.

d) No caso das empresas tributadas em IRS, os valores a considerar para o efeito das alíneas anteriores serão os que resultariam da aplicação aos rendimentos da categoria C (previstos no artigo 4.º do CIRS) da taxa por que estes seriam tributados em sede de IRC.

e) Quando o IRC ou o IRS ainda não tenham sido fixados, as empresas serão incluídas, provisoriamente, na tabela do grupo 0. Logo que a estas empresas seja fixado o primeiro IRC ou possível o cálculo previsto na alínea anterior, em caso de tributação em IRS, os valores destes determinarão a inclusão no respectivo grupo da tabela salarial e, resultando ficar abrangida a empresa em grupo superior ao 0, não só ficará obrigada a actualizar os vencimentos como a liquidar as diferenças até aí verificadas.

f) Para efeito de verificação de inclusão no competente grupo salarial, as empresas obrigam-se a incluir nas relações nominais previstas na cláusula 15.ª o valor do IRC fixado ou a matéria colectável dos rendimentos da categoria C, em caso de tributação em IRS.

g) Independentemente do disposto nas alíneas anteriores, as entidades patronais continuarão a aplicar a tabela do grupo que estavam a praticar em 31 de Janeiro de 1985.

Tabela geral de remunerações

Níveis	0	I	II
I:			
a)	(a)	(a)	(a)
b)	(a)	(a)	(a)
c)	(a)	(a)	(a)
II	(a)	(a)	(a)
III	(a)	(a)	(a)
IV	(a)	(a)	56 850\$00
V	(a)	58 700\$00	65 350\$00
VI	56 050\$00	64 850\$00	72 800\$00
VII	61 050\$00	71 400\$00	76 600\$00
VIII	66 950\$00	75 800\$00	84 850\$00
IX	71 900\$00	81 300\$00	89 700\$00
X	78 600\$00	87 350\$00	95 400\$00
XI	84 850\$00	91 750\$00	99 500\$00
XII	94 050\$00	102 250\$00	107 350\$00

(a) A estes níveis salariais aplicam-se as regras constantes do diploma legal que, em cada ano, aprova o salário mínimo nacional.

ANEXO III-B

Tabela de remunerações mínimas para a especialidade de técnicos de computadores

Categoria	Remuneração
I — Técnico estagiário	75 550\$00
II — Técnico auxiliar	84 700\$00
III — Técnico 1.ª linha (1.º ano)	100 100\$00
IV — Técnico 2.ª linha (2.º ano)	120 200\$00
V — Técnico de suporte	134 450\$00
VI — Técnico de sistemas	150 100\$00
VII — Subchefe de secção	175 200\$00
VIII — Chefe de secção	183 800\$00

ANEXO IV

Tabela de remunerações mínimas para técnicos de engenharia, economistas e juristas

Técnicos de engenharia (grupos)	Tabela I	Tabela II	Economistas e juristas (grupos)
I-a)	116 700\$00	124 900\$00	—
I-b)	128 800\$00	138 200\$00	I-a)
I-c)	142 500\$00	153 600\$00	I-b)
II	162 000\$00	178 900\$00	II
III	196 500\$00	212 400\$00	III
IV	241 300\$00	257 600\$00	IV
V	288 600\$00	304 300\$00	V

Nota I

1:

- A tabela I aplicar-se-á às empresas em que a média do IRC fixada nos últimos três anos seja igual ou inferior a 320 000\$;
- A tabela II aplicar-se-á às empresas em que a média do IRC fixada nos últimos três anos seja superior a 320 000\$;
- No caso das empresas tributadas em IRS, o valor a considerar para o efeito das alíneas anteriores será o que resultaria da aplicação aos rendimentos da categoria C (previstos no artigo 4.º do CIRS) da taxa por que estes seriam tributados em sede do IRC.

2 — Os técnicos de engenharia e economistas ligados ao sector de vendas e que não auferam comissões terão o seu salário base acrescido de montante igual a 20% ou 23% do valor da retribuição do nível V da tabela geral de remunerações do anexo III-A, respectivamente para as tabelas I ou II do anexo IV.

a) Associações patronais:

Pela Associação Comercial dos Concelhos de Oeiras e Amadora:
(Assinatura ilegível.)

Pela Associação dos Comerciantes do Concelho de Loures:
(Assinatura ilegível.)

Pela Associação do Comércio, Indústria e Serviços do Concelho de Mafra:
(Assinatura ilegível.)

Pela Associação do Comércio, Indústria e Serviços dos Concelhos de Vila Franca de Xira e Arruda dos Vinhos:
(Assinatura ilegível.)

Pela Associação dos Comerciantes do Concelho de Sintra:
(Assinatura ilegível.)

Pela Associação Comercial e Industrial do Concelho de Alenquer:
(Assinatura ilegível.)

b) Associações sindicais:

Pelo CESL — Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviço do Distrito de Lisboa:
(Assinatura ilegível.)

Pela FEPCE — Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio, Escritórios e Serviços:
(Assinatura ilegível.)

Pelo Sindicato dos Trabalhadores da Construção, Mármore e Madeiras do Distrito de Lisboa:
(Assinatura ilegível.)

Pelo Sindicato dos Trabalhadores de Serviços de Portaria, Vigilância, Limpeza, Doméstica, Profissões Similares e Actividades Diversas:
(Assinatura ilegível.)

Pela Federação dos Sindicatos de Hotelaria e Turismo de Portugal:
(Assinatura ilegível.)

Pelo Sindicato dos Trabalhadores de Transportes Rodoviários e Urbanos do Centro:
(Assinatura ilegível.)

Pelo Sindicato dos Capitães, Oficiais Pilotos, Comissários e Radionáuticos da Marinha Mercante:
(Assinatura ilegível.)

Pelo Sindicato dos Quadros e Técnicos de Desenho:
(Assinatura ilegível.)

Pela Federação dos Sindicatos das Indústrias de Alimentação, Bebidas e Tabaco:
(Assinatura ilegível.)

Declaração

Para todos os efeitos se declara que a FEPES — Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio, Escritórios e Serviços, representa os seguintes Sindicatos:

Sindicato dos Trabalhadores do Comércio e Serviços do Distrito de Braga;
Sindicato dos Trabalhadores do Comércio e Escritórios do Distrito de Castelo Branco;
Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços do Distrito de Coimbra;
Sindicato dos Profissionais de Escritório e Comércio do Distrito da Guarda;
Sindicato dos Trabalhadores do Comércio e Escritórios do Distrito de Leiria;
Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços do Distrito de Lisboa;
Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços do Norte;
Sindicato dos Trabalhadores do Comércio e Serviços do Distrito de Santarém;
Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços do Sul;
Sindicato dos Trabalhadores de Escritório, Comércio e Serviços do Distrito de Viseu;
Sindicato dos Empregados de Escritório e Caixeiros da Horta;
Sindicato dos Trabalhadores de Escritório, Comércio e Serviços da Região Autónoma da Madeira;
Sindicato dos Trabalhadores de Escritório e Comércio de Angra do Heroísmo;
Sindicato dos Trabalhadores Aduaneiros em Despachantes e Empresas;
Sindicato dos Trabalhadores de Serviços de Portaria, Vigilância, Limpeza, Domésticas, Profissões Similares e Actividades Diversas;
Sindicato dos Profissionais de Escritório, Comércio, Serviços e Correlativos das Ilhas de São Miguel e Santa Maria.

Pela Comissão Executiva da Direcção Nacional, (*Assinatura ilegível.*)

Declaração

A FESHOT — Federação dos Sindicatos de Hotelaria e Turismo de Portugal declara, para os devidos efeitos, que representa os seguintes Sindicatos:

Sindicato dos Profissionais dos Transportes, Turismo e Outros Serviços de Angra do Heroísmo;
Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Hotelaria, Turismo, Restaurantes e Similares do Algarve;
Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Hotelaria, Turismo, Restaurantes e Similares do Centro;
Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Hotelaria, Turismo, Restaurantes e Similares da Região Autónoma da Madeira;
Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Hotelaria, Turismo, Restaurantes e Similares do Norte;
Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Hotelaria, Turismo, Restaurantes e Similares do Sul.

Lisboa, 30 de Maio de 1996. — Pela Direcção Nacional, (*Assinatura ilegível.*)

Declaração

Para os devidos efeitos se declara que a FSIABT — Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores das Indústrias de Alimentação, Bebidas e Tabacos representa o seguinte Sindicato:

Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Alimentação do Sul e Tabacos.

E para que esta declaração produza os seus efeitos legais, vai ser assinada e autenticada com o selo branco em uso nesta Federação.

Lisboa, 30 de Maio de 1996. — Pela Direcção Nacional, (*Assinatura ilegível.*)

Entrado em 12 de Junho de 1996.

Depositado em 24 de Junho de 1996, a fl. 9 do livro n.º 8, com o n.º 239/96, nos termos do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, na sua redacção actual.

CCT entre a AÇOMEFER — Assoc. Portuguesa dos Grossistas de Aços, Metais e Ferramentas e o SITESC — Sind. dos Trabalhadores de Escritório, Serviços e Comércio — Alteração salarial

Cláusula 1.ª

1 e 2 — (*Mantêm-se com a redacção actual.*)

Cláusula 2.ª

1 — A tabela de retribuições será a seguinte:

Grupo	Remuneração
I.....	111 550\$00
II.....	103 700\$00
III.....	97 650\$00
IV.....	91 650\$00
V.....	85 800\$00
VI.....	81 750\$00
VII.....	77 550\$00
VIII.....	72 450\$00
IX.....	67 550\$00
X.....	62 850\$00
XI.....	58 650\$00
XII.....	53 000\$00
XIII.....	46 300\$00
XIV.....	41 700\$00
XV.....	38 250\$00
XVI.....	37 850\$00

2 — Os promotores de vendas (com.), prospectores de vendas (com.), caixeiros-viajantes (com.), vendedores (com.), caixeiros-de-mar (com.), caixeiros de praça, vendedores especializados ou técnicos de vendas que auferam apenas remuneração fixa ficam inseridos no grupo VII da tabela salarial; aqueles que auferam retribuição mista ficarão integrados no grupo IX, cuja remuneração constituirá a parte fixa mínima, sendo-lhes porém assegurada uma retribuição global correspondente à fixada no grupo VII.

Nota. — Mantém-se em vigor o actual enquadramento profissional nos grupos da tabela de retribuições.

Cláusula 3.ª

A tabela de remunerações mínimas produz efeitos a partir de 1 de Janeiro de 1996, sem quaisquer outros reflexos.

Cláusula 4.ª

A presente convenção é considerada, para os legais efeitos, globalmente mais favorável, prevalecendo sobre qualquer outra para o mesmo sector.

Nota. — O CCT inicial, objecto da presente revisão, vem publicado no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.º 32/81, a pp. 2369 e seguinte.

Porto, 1 de Fevereiro de 1996.

Pela ACOMFER — Associação Portuguesa dos Cravistas de Aço, Metais e Ferramentas:

(Assinatura ilegível.)

Pelo SETESC — Sindicato dos Trabalhadores de Escritório, Serviços e Comércio:

(Assinatura ilegível.)

Pelo STV — Sindicato dos Técnicos de Vendas:

(Assinatura ilegível.)

Pela FEPDES — Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio, Escritório e Serviços:

(Assinatura ilegível.)

Pelo SINDCES — Sindicato do Comércio, Escritório e Serviços:

(Assinatura ilegível.)

Pelo Sindicato dos Trabalhadores de Escritório, Serviços e Comércio da Braga:

(Assinatura ilegível.)

Pela FISTRU — Federação dos Sindicatos de Transportes Rodoviários e Urbanos:

(Assinatura ilegível.)

Pelo Sindicato dos Enfermeiros Portugueses:

(Assinatura ilegível.)

Pelo Sindicato dos Quadros Técnicos de Desenho:

(Assinatura ilegível.)

Declaração

Para todos os efeitos se declara que a FEPDES — Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio, Escritório e Serviços, representa os seguintes Sindicatos:

- Sindicato dos Trabalhadores do Comércio e Serviços do Distrito de Braga;
- Sindicato dos Trabalhadores do Comércio e Escritórios do Distrito de Castelo Branco;
- Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços do Distrito de Coimbra;
- Sindicato dos Profissionais de Escritório e Comércio do Distrito da Guarda;
- Sindicato dos Trabalhadores do Comércio e Escritórios do Distrito de Leiria;
- Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços do Distrito de Lisboa;
- Sindicato dos Trabalhadores do Comércio e Serviços do Distrito do Porto — CESNORTE;
- Sindicato dos Trabalhadores do Comércio e Serviços do Distrito de Santarém;
- Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços do Sul;
- Sindicato dos Trabalhadores de Escritório e Comércio do Distrito de Viana do Castelo;
- Sindicato dos Trabalhadores de Escritório, Comércio e Serviços do Distrito de Viseu;
- Sindicato dos Empregados de Escritório e Caixeiros (do ex-Distrito) da Horta;
- Sindicato dos Trabalhadores de Escritório, Comércio e Serviços da Região Autónoma da Madeira;
- Sindicato dos Trabalhadores de Escritório e Comércio de Angra do Heroísmo;
- Sindicato dos Trabalhadores Aduaneiros em Despachantes e Empresas;
- Sindicato dos Trabalhadores de Serviços de Portaria, Vigilância, Limpeza, Domésticas e Actividades Similares;
- Sindicato dos Profissionais de Escritório, Comércio, Serviços e Correlativos das Ilhas de São Miguel e Santa Maria;
- Sindicato dos Escritórios e Serviços do Norte.

Pela Comissão Executiva do Conselho Nacional, (Assinatura ilegível.)

Declaração

A FISTRU — Federação dos Sindicatos de Transportes Rodoviários e Urbanos/CGTP-IN representa os seguintes Sindicatos:

- Sindicato dos Trabalhadores de Transportes Rodoviários de Aveiro;
- Sindicato dos Transportes Rodoviários do Distrito de Braga;
- Sindicato dos Transportes Rodoviários do Distrito de Coimbra;

Sindicato dos Transportes Rodoviários do Distrito de Faro;

Sindicato dos Trabalhadores de Transportes Rodoviários e Urbanos do Centro;

Sindicato dos Trabalhadores de Transportes Rodoviários e Urbanos do Norte;

Sindicato dos Trabalhadores de Transportes Rodoviários do Sul;

Sindicato dos Trabalhadores de Transportes Rodoviários do Distrito de Vila Real;

Sindicato dos Transportes Rodoviários do Distrito de Viana do Castelo;

Sindicato dos Transportes Rodoviários e Urbanos de Viseu e Guarda;

Sindicato dos Trabalhadores de Transportes Rodoviários da Região Autónoma da Madeira;

Sindicato dos Trabalhadores de Transportes Colectivos do Distrito de Lisboa — TUL.

Pela Comissão Executiva, (*Assinatura ilegível.*)

Entrado em 21 de Junho de 1996.

Depositado em 27 de Junho de 1996, a fl. 12 do livro n.º 8, com o n.º 253/96, nos termos do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, na sua redacção actual.

CCT entre a ARESP — Assoc. dos Restaurantes e Similares de Portugal e a FETESE — Feder. dos Sind. dos Trabalhadores de Escritório de Serviços — Alteração salarial e outras

CAPÍTULO I

Âmbito, classificação, área e revisão

Cláusula 1.ª

Âmbito e vigência

A presente convenção colectiva de trabalho (CCT) obriga, por um lado, as entidades patronais representadas pela ARESP — Associação dos Restaurantes e Similares de Portugal e, por outro, todos os trabalhadores ao seu serviço representados pela FETESE — Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores de Escritório e Serviços.

CAPÍTULO VI

Da retribuição

SECÇÃO I

Remuneração pecuniária

Cláusula 49.ª

Abono para falhas

1 — Os caixas e os controladores-caixas que movimentam regularmente dinheiro, os tesoureiros e os cobradores têm direito a um subsídio mensal de 4 400\$ para falhas, enquanto desempenhem efectivamente essas funções.

Cláusula 50.ª

Retribuição mínima dos extras

1 — Ao pessoal contratado para os serviços extras serão pagas pela entidade patronal as remunerações mínimas seguintes:

- Chefe de mesa — 5700\$;
- Chefe de *barman* — 5700\$;
- Chefe de pasteleiro — 5700\$;
- Chefe de cozinha — 5700\$;
- 1.º cozinheiro e 1.º pasteleiro — 5100\$;
- Empregado de mesa e bar — 4400\$;
- Quaisquer outros profissionais — 4400\$.

- 2 —
- 3 —
- 4 —
- 5 —

Cláusula 52.ª

Prémio de conhecimento de línguas

1 — Os profissionais de hotelaria e telefonistas que no exercício efectivo das suas funções tenham de utilizar conhecimentos dos idiomas francês, inglês ou alemão têm direito a um prémio de 5400\$ mensais por cada uma das línguas referidas, salvo se qualquer destas for a da sua nacionalidade.

- 2 —

SECÇÃO II
Alimentação

Cláusula 53.*

Direito à alimentação

1 —

2 —

3 — Nos estabelecimentos e secções referidos nos n.ºs 1 e 2 desta cláusula que à data da entrada em vigor desta CCT não forneçam alimentação em espécie ao seu pessoal, a entidade patronal pode optar entre esse fornecimento ou a sua substituição por um equivalente pecuniário mensal no montante de 10 000\$.

4 — Para os estabelecimentos abrangidos por esta CCT não incluídos nos números anteriores desta cláusula a alimentação em espécie será substituída por um equivalente pecuniário mensal no montante de 10 000\$.

5 —

6 —

7 —

8 — Para todos os efeitos desta CCT, além dos expressamente consignados nesta cláusula, o valor pecuniário da alimentação completa é de 4400\$/mês.

9 —

Cláusula 58.*

Valor pecuniário da alimentação

1 — As refeições que, por conveniência ou culpa da entidade patronal, não possam ser tomadas serão pagas aos trabalhadores pelos seguintes valores mínimos avulsos:

- a) Pequeno-almoço — 105\$;
- b) Ceia simples — 190\$;
- c) Almoço, jantar e ceia completa — 470\$.

2 —

CAPÍTULO XII

Disposições transitórias

Cláusula 93.*

As cláusulas de expressão pecuniária previstas neste contrato serão alteradas nos respectivos montantes a partir de 1 de Janeiro de 1996.

ANEXO III

Tabela A

Tabela de remunerações mínimas de base para os trabalhadores de empresas ou estabelecimentos classificados ou designados por restaurantes, cafés, pastelarias e outros similares

(de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1996)

Níveis	Grupo A	Grupo B	Grupo C	Grupo D	Grupo PE
XI	121 000\$00	114 300\$00	111 600\$00	97 000\$00	96 100\$00
X	100 000\$00	96 100\$00	93 300\$00	78 800\$00	77 200\$00
IX	90 800\$00	87 800\$00	83 900\$00	71 600\$00	70 700\$00
VIII	82 300\$00	80 000\$00	77 700\$00	65 400\$00	64 700\$00
VII	75 300\$00	74 800\$00	70 700\$00	60 700\$00	59 000\$00
VI	67 000\$00	65 800\$00	63 400\$00	56 400\$00	56 300\$00
V	62 100\$00	60 300\$00	57 500\$00	56 300\$00	56 200\$00
IV	57 100\$00	56 700\$00	56 300\$00	56 200\$00	56 100\$00
III	56 200\$00	55 900\$00	48 900\$00	47 500\$00	44 800\$00
II	42 800\$00	42 500\$00	42 400\$00	42 300\$00	42 200\$00
I	42 500\$00	42 400\$00	42 300\$00	42 200\$00	42 100\$00

Notas

1 — Os trabalhadores administrativos das empresas dos grupos D e PE serão remunerados pela tabela do grupo C.

2 — Os trabalhadores de fabrico de pastelaria dos estabelecimentos de 3.ª classe e sem interesse para o turismo serão remunerados pela tabela do grupo C.

3 — O chefe mestre pasteleiro, nos estabelecimentos com fabrico próprio de pastelaria, será remunerado pelo nível atribuído ao chefe de cozinha.

4 — As remunerações mínimas mensais garantidas na lei do salário mínimo nacional serão aplicáveis aos trabalhadores integrados em níveis de remuneração cujos valores salariais fixados nas tabelas sejam inferiores àqueles.

5 — As funções efectivamente exercidas que não se enquadrem nas categorias previstas nesta convenção serão equiparadas àquelas com as quais tenham maior afinidade e ou cuja definição mais se lhes aproxime, sendo os trabalhadores, para efeitos de remunerações, iguais ao nível respectivo.

6 — É mantida a categoria de ajudante em todas as secções, a qual se encontra definida no anexo I, nas categorias sem enquadramento específico:

- O ajudante de todas as secções poderá prestar serviço em qualquer delas, de harmonia com a sua categoria e habilitações;
- Em cada secção, por dois ajudantes em efectividade de serviço terá de existir sempre um profissional qualificado;
- Sempre que se torne necessário preencher um lugar de profissional qualificado, os ajudantes que estejam habilitados para o desempenho do lugar terão preferência relativamente a trabalhadores até então estranhos à empresa;
- O ajudante de todas as secções tem o seu enquadramento ao nível IV.

Tabela B

Tabela de remunerações mínimas de base e níveis de remunerações para os trabalhadores das salas de bingo

(de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1996)

Nível	Categoria	Sala com 500 ou mais lugares	Sala de 200 a 500 lugares	Sala com menos de 200 lugares
A	Chefe de sala	227 000\$00	177 700\$00	146 500\$00
B	Subchefe de sala	162 200\$00	139 900\$00	113 800\$00

Nível	Categoria	Sala com 500 ou mais lugares	Sala de 200 a 500 lugares	Sala com menos de 200 lugares
C	Técnico de electrónica	155 900\$00	133 700\$00	107 500\$00
D	Caixa	113 800\$00	94 500\$00	81 900\$00
E	Caixa aux. vol./control. entrad.	97 600\$00	85 000\$00	68 500\$00
F	Contínuo/porteiro	85 000\$00	78 300\$00	62 200\$00

Lisboa, 21 de Maio de 1996.

Pela ARESP — Associação dos Restaurantes e Similares de Portugal:

António Conceição Oliveira,

José Fernando Nunes Barata.

Pela FETESE — Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores de Escritório e Serviços, em representação dos seus sindicatos filiados:

SITSE — Sindicato dos Trabalhadores de Escritório, Comércio, Serviços e Novas Tecnologias;

STEIS — Sindicato dos Trabalhadores de Escritório, Informática e Serviços da Região Sul;

STESCB — Sindicato dos Trabalhadores de Escritório, Serviços e Comércio de Braga;

SINSCS/C-N — Sindicato Democrático do Comércio, Escritório e Serviços/Centro-Norte;

(Assinatura ilegível)

Entrado em 17 de Junho de 1996.

Depositado em 25 de Junho de 1996, a fl. 10 do livro n.º 8, com o n.º 244/96, nos termos do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, na sua redacção actual.

CCT entre a Assoc. Portuguesa de Electroencefalografia e Neurofisiologia Clínica e a FETESE Feder. dos Sind. dos Trabalhadores de Escritório e Serviços — Alteração salarial e outras

CAPÍTULO I

Área, âmbito, vigência e revisão

Cláusula 1.ª

Âmbito

A presente convenção aplica-se, por um lado, às entidades patronais representadas pela Associação de Electroencefalografia e Neurofisiologia Clínica e, por outro, aos trabalhadores ao seu serviço desde que representados pelas associações sindicais signatárias.

Cláusula 3.ª

Revisão

1 —

2 — As tabelas de remunerações mínimas (anexo III) e as demais cláusulas de expressão pecuniária produzem efei-

tos a 1 de Janeiro de 1996, podendo as diferenças salariais devidas ser pagas em três prestações mensais de igual valor, com início no mês seguinte ao da entrada em vigor da convenção.

CAPÍTULO II

Admissão, classificação profissional, contratos de trabalho, aprendizagem, estágio e carreira profissional

Cláusula 8.ª

Prestação pelo trabalhador de serviços não compreendidos no objecto do contrato

1 — O trabalhador deve, em princípio, exercer uma actividade correspondente à categoria para que foi contratado.

2 — Salvo estipulação em contrário, a entidade patronal pode, quando o interesse da empresa o exija, encarregar temporariamente o trabalhador de serviços não compreendidos no objecto do contrato, desde que tal mu-

dança não implique diminuição na retribuição nem modificação substancial da posição do trabalhador.

3 — Quando aos serviços temporariamente desempenhados, nos termos do número anterior, corresponder um tratamento mais favorável, o trabalhador terá direito a esse tratamento.

4 — Aos trabalhadores classificados nas profissões e categorias profissionais previstas no grupo III do anexo I é expressamente proibido exercer funções inerentes às compreendidas nos restantes grupos daquele anexo por motivo de substituição ou acumulação.

CAPÍTULO IV

Cláusula 17.ª

Período normal de trabalho

1 — Para os trabalhadores abrangidos por este contrato, o período normal de trabalho é de trinta e sete horas e trinta minutos semanais, distribuído por cinco dias, conforme as disposições dos números seguintes.

CAPÍTULO V

Local de trabalho, transferência e deslocações

Cláusula 24.ª

Deslocações

4 —

a) A um subsídio de 330\$ por cada dia completo de deslocação;

8 — Os valores fixados na alínea b) do n.º 3 e na alínea b) do n.º 4 desta cláusula são os seguintes:

Almoço/jantar — 1410\$;

Alojamento com pequeno-almoço — 5610\$.

CAPÍTULO VI

Da retribuição

Cláusula 25.ª

Tabela de remunerações

1 —

2 — Os trabalhadores que exerçam com regularidade funções de pagamento e ou recebimento têm direito a um abono para falhas no valor de 3010\$, enquanto no exercício efectivo daquelas funções.

3 — Os trabalhadores das profissões previstas no grupo I do anexo I que exerçam funções de orientação e

coordenação de trabalhadores do mesmo grupo têm direito a um subsídio mensal de 5125\$ no exercício efectivo dessas funções.

4 — Os trabalhadores das profissões previstas no grupo I do anexo I, quando habilitados com cursos pós-básicos de especialização reconhecidos pela Secretaria de Estado da Saúde e no exercício efectivo dessas especializações, têm direito a um subsídio mensal de 4630\$.

Cláusula 26.ª

Serviços de urgência

1 —

2 — Sempre que o trabalhador, por motivo de serviços de urgência, se encontrar fora do local de trabalho, mas em situação de disponibilidade, de forma contínua, perante a entidade patronal, entre o termo do período de trabalho diário e o início do seguinte, com vista à realização daqueles, tem direito a um subsídio de 1580\$, 2580\$ e 4490\$, respectivamente em dia útil, de descanso semanal complementar e de descanso semanal, independentemente da prestação efectiva de trabalho.

Cláusula 27.ª

Diuturnidades

1 — Os trabalhadores têm direito a uma diuturnidade no valor de 1580\$ por cada quatro anos de permanência ao serviço da mesma entidade patronal, até ao limite de cinco diuturnidades, sem prejuízo do disposto nos números seguintes.

Cláusula 30.ª

Subsídio de alimentação

1 — Os trabalhadores abrangidos pelo presente CCT terão direito a um subsídio de alimentação no valor de 550\$ por cada período de trabalho efectivamente prestado.

ANEXO III

Tabela de remunerações mínimas

Nível	Profissões e categorias	Remunerações
I-A	Técnico superior de laboratório	128 000\$00
I-B	Chefe de serviços administrativos Contabilista Técnico de contas	118 500\$00
II	Chefe de secção Guarda-livros Secretário de direcção	103 300\$00
III	Técnico paramédico do ramo do registo gráfico; a) Técnico de neurofisiografia (electroencefalografia e electromiografia). b) Técnico de audiometria Primeiro-escriturário	92 600\$00

Níveis	Profissões e categorias	Remunerações
IV	Técnico praticante de electroencefalografia, electromiografia ou audiométrica. Estagiário de técnico paramédico Motorista de ligeiros Dactilógrafo com mais de seis anos Segundo-escriurário	79 100\$00
V	Assistente de consultório Dactilógrafo de três a seis anos Terceiro-escriurário	69 200\$00
VI	Contínuo Dactilógrafo até três anos Empregado de serviços externos Estagiário do 1.º e do 2.º ano	64 800\$00
VII	Trabalhador de limpeza	61 100\$00

Lisboa, 15 de Maio de 1996.

Pela Associação de Electroencefalografia e Neurofisiologia Clínica:
(Assinatura ilegível.)

Pela FETESE — Federação dos Trabalhadores de Escritório e Serviços, em representação dos seus sindicatos filiados:

SITSE — Sindicato dos Trabalhadores de Escritório, Comércio, Serviços e Novas Tecnologias;
STELS — Sindicato dos Trabalhadores de Escritório, Informática e Serviços da Região Sul;
SITAM — Sindicato dos Trabalhadores de Escritório, Comércio e Serviços da Região Autónoma da Madeira;
STECALH — Sindicato dos Trabalhadores de Escritório e Comércio de Angola do Heróico;
Sindicato dos Profissionais de Escritório e Vendas das Ilhas de São Miguel e Santa Maria;
STUSCB — Sindicato dos Trabalhadores de Escritório, Serviços e Comércio da Região;
SINSCESC-N — Sindicato Democrático do Comércio, Escritório e Serviços Centro-Norte;

(Assinatura ilegível.)

Entrado em 19 de Junho de 1996.

Depositado em 25 de Junho de 1996, a fl. 10 do livro n.º 8, com o n.º 245/96, nos termos do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 519-C/79, na sua redacção actual.

CCT entre a ANTRAL — Assoc. Nacional dos Transportadores Rodoviários em Automóveis Ligeiros e a FSTRU — Feder. dos Sind. de Transportes Rodoviários e Urbanos — Alteração salarial e outras.

Cláusula 1.ª

Âmbito

A presente regulamentação colectiva de trabalho, adiante designada por CCTV, abrange, por um lado, em toda a área nacional, as empresas representadas pela ANTRAL — Associação Nacional dos Transportadores Rodoviários em Automóveis Ligeiros (táxis e letra A) e, por outro lado, todos os trabalhadores ao seu serviço nas categorias previstas neste CCTV e representados pelas associações sindicais outorgantes.

Cláusula 2.ª

Vigência

1 — (Igual.)

2 — O período de vigência será de 12 meses contados a partir das respectivas datas da entrada em vigor.

Cláusula 37.ª

Refeições

1 — A entidade patronal reembolsará os trabalhadores deslocados das despesas efectuadas com as refeições que

estes, por motivo de serviço, hajam tomado pelos seguintes valores:

Almoço — 1300\$;

Jantar — 1300\$;

Pequeno-almoço — 350\$.

2 — Para efeitos do disposto no n.º 1, considera-se que o trabalhador está deslocado sempre que se encontre fora do concelho para o qual a viatura está licenciada e desde que, por motivos de serviço, não lhe seja possível regressar a tempo de as tomar no seu local habitual.

3 — As refeições tomadas no estrangeiro serão pagas mediante apresentação da factura.

Cláusula 38.ª

Alojamento

O trabalhador que for deslocado para prestar serviço fora do seu local de trabalho tem direito, para além da sua retribuição normal ou de outros subsídios consignados neste CCTV, a:

a) Transporte, não só na ida como na volta, para onde tenha sido deslocado a prestar serviço, desde que esse transporte lhe não seja assegurado pela entidade patronal, sendo o tempo perdido na deslocação remunerado como tempo de trabalho;

- b) Reembolso da despesa com a dormida, mediante apresentação de documento comprovativo;
c) Montantes de 680\$ e 1270\$, conforme o trabalho seja realizado dentro ou fora do País, desde que o trabalhador não regresse ao local de trabalho.

Cláusula 60.ª

Produção de efeitos

As cláusulas com expressão pecuniária e a tabela salarial produzem efeitos desde 1 de Janeiro de cada ano.

Tabela salarial

Motorista de táxi e letra A 63 000\$00

Lisboa, 28 de Fevereiro de 1996.

Pela ANTRAL — Associação Nacional de Transportadores Rodoviários em Automóveis Ligeiros:

(Assinatura ilegível.)

Pela FESTRU — Federação dos Sindicatos de Transportes Rodoviários e Urbanos/CGTP-IN:

(Assinatura ilegível.)

Declaração

A FESTRU — Federação dos Sindicatos de Transportes Rodoviários e Urbanos/CGTP-IN representa os seguintes Sindicatos:

Sindicato dos Trabalhadores de Transportes Rodoviários de Aveiro;

Sindicato dos Transportes Rodoviários do Distrito de Braga;
Sindicato dos Trabalhadores de Transportes Rodoviários e Urbanos do Centro;
Sindicato dos Transportes Rodoviários do Distrito de Coimbra;
Sindicato dos Transportes Rodoviários do Distrito de Faro;
Sindicato dos Trabalhadores de Transportes Rodoviários da Região Autónoma da Madeira;
Sindicato dos Trabalhadores de Transportes Rodoviários e Urbanos do Norte;
Sindicato dos Trabalhadores de Transportes Rodoviários do Sul;
Sindicato dos Trabalhadores de Transportes Colectivos do Distrito de Lisboa — TUL;
Sindicato dos Trabalhadores de Transportes Rodoviários e Urbanos de Viana do Castelo;
Sindicato dos Transportes Rodoviários do Distrito de Vila Real;
Sindicato dos Trabalhadores de Transportes Rodoviários e Urbanos de Viseu e Guarda;
Sindicato dos Profissionais de Transportes, Turismo e Outros Serviços da Angra do Heroísmo.

Pela Comissão Executiva, (Assinatura ilegível.)

Entrado em 12 de Junho de 1996.

Depositado em 26 de Junho de 1996, a fl. 10 do livro n.º 8, com o n.º 246/96, nos termos do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, na sua redacção actual.

ACT entre a NORMAX — Fábrica de Vidro Científico, L.ª, e outras e a Feder. dos Sind. das Ind. de Cerâmica, Cimento e Vidro de Portugal — Alteração salarial e outras

Cláusula 1.ª

Área e âmbito

O presente ACT obriga, por um lado, as empresas signatárias e, por outro, os trabalhadores ao seu serviço representados pela organização sindical signatária.

Cláusula 2.ª

Vigência e aplicação das tabelas

1 —

2 — A tabela salarial e as cláusulas de expressão pecuniária produzem efeitos a partir de 1 de Janeiro de 1996.

Cláusula 25.ª

Remuneração do trabalho suplementar

8 — Aos trabalhadores que prestem trabalho nos dias de Ano Novo e de Natal será pago um subsídio especial de 7850\$ por cada um destes dias.

Cláusula 32.ª

Cantinas em regime de auto serviço

1 —

2 — Enquanto não existirem cantinas a funcionar, os trabalhadores terão direito a um subsídio de refeição no valor de 560\$ por cada dia de trabalho prestado, nos termos do n.º 1.

Cláusula 34.ª

Direitos especiais

3:

- a) Ao pagamento, mediante factura, de todas as refeições que estes, por motivo de serviço, tenham de tomar fora das horas referidas na alínea seguinte ou fora do local para onde foram contratados, até ao máximo de 500\$ por pequeno-almoço ou ceia e de 1450\$ por almoço ou jantar, que não é acumulável com o subsídio de refeição;

Cláusula 35.ª

Grandes deslocações no continente e Regiões Autónomas

- f) A um seguro de acidentes pessoais no valor de 2 000 000\$ enquanto estiver na situação de deslocado.

Cláusula 61.ª

Trabalho de mulheres

- b) Faltar 98 dias na altura do parto.

ANEXO I

Tabela salarial

Grupo	Retribuição
00	204 800\$00
01	170 650\$00
1	142 200\$00
2	118 250\$00
3	112 830\$00

Grupo	Retribuição
4	110 800\$00
5	104 950\$00
6	102 100\$00
7	96 250\$00
8	94 150\$00
9	92 650\$00
10	89 000\$00
11	86 800\$00
12	84 900\$00
13	81 200\$00
14	80 250\$00
15	67 100\$00
16	66 850\$00
17	60 950\$00
18	56 950\$00
19	53 250\$00
20	43 550\$00
21	42 800\$00
22	41 850\$00

Marinha Grande, 15 de Abril de 1996.

Pela NORMAX — Fábrica de Vidro Científico, L.ª:

(Assinatura ilegível.)

Pela VELABO — Vidros de Laboratório, L.ª:

(Assinatura ilegível.)

Por Manuel Castro Peixoto:

(Assinatura ilegível.)

Pela Federação dos Sindicatos das Indústrias de Cerâmica, Cimento e Vidro de Portugal:

(Assinatura ilegível.)

Declaração

Para os devidos efeitos se declara que a Federação dos Sindicatos das Indústrias de Cerâmica, Cimento e Vidro de Portugal representa o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Vidreira. — Pela Federação, (Assinatura ilegível.)

Entrado em 20 de Junho de 1996.

Depositado em 25 de Junho de 1996, a fl. 10 do livro n.º 8, com o n.º 241/96, nos termos do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, na sua redacção actual.

AE entre a empresa Sanchez, L.ª, e a Feder. dos Sind. das Ind. de Cerâmica, Cimento e Vidro de Portugal — Alteração salarial e outras

Cláusula 1.ª

Âmbito

O presente acordo de empresa obriga, por um lado, a empresa Sanchez, L.ª, e, por outro, todos os trabalhadores ao seu serviço representados pela associação sindical signatária.

Cláusula 2.ª

Vigência

1 —

2 — As tabelas salariais e as cláusulas de expressão pecuniária produzem efeitos a partir de 1 de Janeiro de 1996.

Cláusula 17.ª

Direitos especiais das mulheres

1 —

2 — Licença por maternidade de 98 dias, 60 dos quais necessariamente a seguir ao parto, podendo os restantes 38 ser gozados no total ou parcialmente antes ou depois do parto.

3 —

Cláusula 26.ª

Subsídio de refeição

1 — Enquanto não existirem cantinas a funcionar nos termos do n.º 1, os trabalhadores terão direito a um subsídio no valor de 825\$ por cada dia completo e efectivo de trabalho.

ANEXO I

Condições de admissão e carreiras profissionais

Carreiras profissionais — Acesso

Produção

Os oficiais de 2.ª ascenderão a 1.ª decorridos dois anos naquela categoria.

Químicos

1 — Os trabalhadores classificados de analista físico químico de 2.ª ascenderão a analista físico químico de 1.ª decorrido um ano naquela categoria.

2 — Os trabalhadores classificados como praticante de analista físico químico ascenderão a analista físico químico de 2.ª decorridos quatro anos naquela categoria.

ANEXO II

Definição de categorias

Analista. — (A eliminar.)

Analista físico químico. — É o trabalhador que efectua experiências, análises e ensaios químicos e físico-químicos, tendo em vista, nomeadamente, determinar ou controlar a composição de propriedades de minérios e outras substâncias minerais e águas; é responsável pela segurança, higiene e manutenção do laboratório.

Praticante de analista físico químico. — É o trabalhador que se prepara para o acesso a oficial.

ANEXO III Enquadramentos

Nível 8:

Analista de 1.ª — (A eliminar.)
Analista físico químico de 1.ª

Vigilante de instalação de britagem e moagem de 1.ª

Nível 9:

Analista de 2.ª — (A eliminar.)
Analista físico químico de 2.ª

Vigilante de instalação de britagem e moagem de 2.ª

Nível 10:

Cabouqueiro de 1.ª
Condutor de máquinas industriais.

Nível 12:

Cabouqueiro de 2.ª
Dactilógrafo do 4.º ano.
Praticante de analista físico químico do 4.º ano.
Telefonista.

Nível 13:

Dactilógrafo do 3.º ano.
Praticante de analista físico químico do 3.º ano.
Pré-oficial do 2.º ano.
Serralheiro mecânico de 3.ª

Nível 14:

Auxiliar de armazém.
Contínuo.
Dactilógrafo do 2.º ano.
Praticante de analista físico químico do 2.º ano.

Nível 15:

Dactilógrafo do 1.º ano.
Empregado de limpeza/serviços administrativos.
Praticante de analista físico químico do 1.º ano.

ANEXO IV Tabela salarial

Nível	Salário
1	205 800\$00
2	149 050\$00
3	144 050\$00
4	130 650\$00
5	122 200\$00
6	118 850\$00
7	112 450\$00
8	107 150\$00
9	102 500\$00
10	99 700\$00
11	95 650\$00
12	93 750\$00
13	91 650\$00
14	89 550\$00
15	83 400\$00
16	79 750\$00
17	62 700\$00
18	57 500\$00

Lisboa, 4 de Junho de 1996.

Por Sanchez, L.^{de}

(Assinatura ilegível)

Pela Federação dos Sindicatos das Indústrias de Cerâmica, Cimento e Vidro de Portugal:

(Assinatura ilegível)

Declaração

Para os devidos efeitos se declara que a Federação dos Sindicatos das Indústrias de Cerâmica, Cimento e Vidro de Portugal representa o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Vidreira.

Pela Federação, (Assinatura ilegível.)

Entrado em 20 de Junho de 1996.

Depositado em 27 de Junho de 1996, a fl. 11 do livro n.º 8, com o n.º 252/96, nos termos do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 519-CI/79, na sua redacção actual.

AE entre a Alcântara Refinarias — Açúcares, S. A., e a FSIABT — Feder. dos Sind. dos Trabalhadores das Ind. de Alimentação, Bebidas e Tabacos e outras — Alteração salarial e outras

O presente AE, publicado no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.º 39, de 22 de Outubro de 1978, e com última revisão no *Boletim do Trabalho e Emprego*, n.º 24, de 29 de Junho de 1995, é alterado da forma seguinte:

Cláusula 46.ª

Ajudas de custo

1 — Aos trabalhadores que se desloquem em serviço no continente será abonada a importância diária de 8750\$, para alimentação e alojamento, ou o pagamento dessas despesas contra apresentação de documentos.

2 — Nas deslocações efectuadas para as ilhas ou estrangeiro os trabalhadores têm direito a uma importância diária, respectivamente, de 12 700\$ e 23 000\$, para alimentação, alojamento e despesas correntes, ou o pagamento dessas despesas contra a apresentação de documentos.

3 — Aos trabalhadores que na sua deslocação profissional não perçam uma diária completa serão abonadas as seguintes importâncias:

Pela dormida e pequeno-almoço — 5150\$;

Pelo almoço ou jantar — 2150\$.

Em casos devidamente justificados, em que as dificuldades de alimentação e alojamento não se compadeçam com as importâncias neste número fixadas, o pagamento dessas despesas será feito contra a apresentação de documentos.

Cláusula 48.ª

Seguro

1 —

2 — Quando um trabalhador se desloque ao estrangeiro e ilhas em serviço da entidade patronal, obriga-se esta, durante esse período, a assegurar um seguro complementar de acidentes pessoais de valor não inferior a 7 800 000\$.

.....

Cláusula 68.ª

Remuneração de trabalho por turnos

1 — Os trabalhadores que trabalham em regime de turnos terão direito aos seguintes subsídios:

- a) Regime de três turnos rotativos — 23 000\$;
- b) Regime de dois turnos rotativos e ou sobrepos-
tos — 13 950\$.

.....

Cláusula 72.ª

Diuturnidades

.....

6 — O valor da 1.ª e da 2.ª diuturnidades, a pagar a todos os trabalhadores, resulta do nível salarial em que se

encontram enquadrados, nos termos do anexo IV deste acordo, e é o seguinte, em cada um dos respectivos níveis:

Grupos	1.ª e 2.ª diuturnidades
1	7 300\$00
2	7 300\$00
3	7 300\$00
4	5 800\$00
5	4 900\$00
6	4 200\$00
7	3 400\$00
8	3 100\$00
9	3 000\$00
10	2 800\$00
11	2 700\$00
11-A	2 300\$00
12	2 300\$00
13	2 300\$00
14	2 300\$00
15	2 300\$00
16	2 300\$00

7 — A 3.ª diuturnidade é de 3800\$ para todos os trabalhadores.

8 — A 4.ª diuturnidade vence-se dois anos após o pagamento da 3.ª e é de 4600\$.

9 — A 5.ª e última diuturnidade vence-se dois anos após o pagamento da 4.ª e é de 4600\$ para todos os trabalhadores.

Cláusula 74.ª

Abonos para falhas

1 — Os trabalhadores que exerçam funções de pagamento ou recebimento têm direito a um abono mensal para falhas de 11 450\$, o qual fará parte integrante da retribuição enquanto exercerem essas funções.

Cláusula 100.ª

Serviços sociais

4 — O valor a pagar pela entidade patronal ao trabalhador, caso esta não forneça refeição adequada, para o período compreendido entre as 24 horas e as 8 horas do dia seguinte, relativamente ao trabalhador por turnos, é de 1105\$.

Cláusula 100.ª-A

Subsídio escolar

3 — Para efeitos do número anterior, os montantes a atribuir serão os seguintes:

Ano escolar de 1996-1997:

- 1.º ciclo — primária — 3200\$;
- 2.º ciclo — preparatório — 8400\$;

3.º ciclo — 7.º, 8.º e 9.º unificado — 16 500\$;
 Secundário — 10.º e 11.º complementar e 12.º — 25 400\$;
 Universitário — 76 300\$.

ANEXO III Enquadramentos

- 5 —
Encarregado (fogueiro).
- 6 — Secretário(a) de administração principal.
- 7 —
Analista-chefe.
Fogueiro-chefe.
- 8 —
Fogueiro de 1.ª
- 9 —
Centrifugador principal.
Operador de descoloração de xarope por resinas.

ANEXO IV Tabela de remunerações mínimas

Níveis	Remunerações mínimas
1	360 000\$00
2	318 200\$00
3	262 000\$00
4	219 800\$00
5	190 100\$00
6	162 400\$00
7	145 400\$00
8	134 900\$00
9	128 200\$00
10	120 800\$00
11	113 500\$00
11-A	111 700\$00
12	107 400\$00
13	99 500\$00
14	88 100\$00
15	79 100\$00
16	66 700\$00

Nota. — A tabela salarial e demais cláusulas de expressão pecuniária produzem efeitos a 1 de Janeiro de 1996.

Lisboa, 17 de Abril de 1996.

Pela Alcatraz Refinarias — Açúcares, S. A.:

(Assinatura ilegível.)

Pela FSIABT — Federação dos Sindicatos das Indústrias de Alimentação, Bebidas e Tabacos:

(Assinatura ilegível.)

Pela FEPES — Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio, Escritórios e Serviços:

(Assinatura ilegível.)

Pela Federação dos Sindicatos dos Transportes Rodoviários e Urbanos:

(Assinatura ilegível.)

Pela Federação Nacional dos Sindicatos da Construção, Madeiras, Mármore e Materiais de Construção;

(Assinatura ilegível.)

Pelo Sindicato das Indústrias Eléctricas do Sul e Ilhas;

(Assinatura ilegível.)

Pelo SIFOMATE — Sindicato dos Fogueiros de Mar e Terra;

(Assinatura ilegível.)

Pelo Sindicato dos Quadros Técnicos de Desenho;

(Assinatura ilegível.)

Pelo Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Metalúrgica e Metalomecânica do Distrito de Lisboa;

(Assinatura ilegível.)

Pelo Sindicato dos Trabalhadores Aduaneiros em Despachantes e Empresas;

(Assinatura ilegível.)

Declaração

Para os devidos efeitos se declara que a FSIABT — Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores das Indústrias de Alimentação, Bebidas e Tabacos representa o seguinte Sindicato:

Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Alimentação do Sul e Tabacos.

E para que esta declaração produza os seus efeitos legais vai ser assinada e autenticada com o selo branco em uso nesta Federação.

Lisboa, 17 de Junho de 1996. — Pela Direcção Nacional, (Assinatura ilegível.)

Declaração

Para todos os efeitos se declara que a FEPGES — Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio, Escritórios e Serviços representa os seguintes Sindicatos:

Sindicato dos Trabalhadores do Comércio e Serviços do Distrito de Braga;
Sindicato dos Trabalhadores do Comércio e Escritórios do Distrito de Castelo Branco;
Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços do Distrito de Coimbra;
Sindicato dos Profissionais de Escritório e Comércio do Distrito da Guarda;
Sindicato dos Trabalhadores do Comércio e Escritórios do Distrito de Leiria;
Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços do Distrito de Lisboa;
Sindicato dos Trabalhadores do Comércio e Serviços do Distrito do Porto;
Sindicato dos Trabalhadores do Comércio e Serviços do Distrito de Santarém;
Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços do Sul;
Sindicato dos Trabalhadores de Escritório e Comércio do Distrito de Viana do Castelo;
Sindicato dos Trabalhadores de Escritório, Comércio e Serviços do Distrito de Viseu;
Sindicato dos Empregados de Escritório e Caixeiros da Horta;
Sindicato dos Trabalhadores de Escritório, Comércio e Serviços da Região Autónoma da Madeira;

Sindicato dos Trabalhadores de Escritório e Comércio de Angra do Heroísmo;
Sindicato dos Trabalhadores Aduaneiros em Despachantes e Empresas;
Sindicato dos Trabalhadores de Serviços de Portaria, Vigilância, Limpeza, Domésticas, Profissões Similares e Actividades Diversas;
Sindicato dos Profissionais de Escritório, Comércio, Serviços e Correlativos das Ilhas de São Miguel e Santa Maria;
Sindicato dos Escritórios e Serviços do Norte.

Pela Comissão Executiva da Direcção Nacional, (Assinatura ilegível.)

Declaração

A FESTRU — Federação dos Sindicatos de Transportes Rodoviários e Urbanos/CGTP-IN representa os seguintes Sindicatos:

Sindicato dos Trabalhadores de Transportes Rodoviários de Aveiro;
Sindicato dos Transportes Rodoviários do Distrito de Braga;
Sindicato dos Transportes Rodoviários do Distrito de Coimbra;
Sindicato dos Transportes Rodoviários do Distrito de Faro;
Sindicato dos Trabalhadores de Transportes Rodoviários e Urbanos do Centro;
Sindicato dos Trabalhadores de Transportes Rodoviários e Urbanos do Norte;
Sindicato dos Trabalhadores de Transportes Rodoviários do Sul;
Sindicato dos Trabalhadores de Transportes Rodoviários do Distrito de Vila Real;
Sindicato dos Transportes Rodoviários do Distrito de Viana do Castelo;
Sindicato dos Transportes Rodoviários e Urbanos de Viseu e Guarda;
Sindicato dos Trabalhadores de Transportes Rodoviários da Região Autónoma da Madeira;
Sindicato dos Trabalhadores de Transportes Colectivos do Distrito de Lisboa — TUL.

Pela Comissão Executiva, (Assinatura ilegível.)

Declaração

Para os devidos efeitos se declara que a Federação Nacional dos Sindicatos da Construção, Madeiras, Mármore e Materiais de Construção representa os seguintes Sindicatos:

Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Construção Civil, Mármore e Madeiras do Alentejo;
Sindicato dos Trabalhadores da Cerâmica, Construção e Madeiras de Aveiro;
Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil e Madeiras do Distrito de Braga;
Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil, Madeiras, Cerâmica, Cimentos e Similares do Distrito de Castelo Branco;
Sindicato dos Operários da Construção Civil, Madeiras, Mármore e Afins do Distrito de Coimbra;

**Acordo de adesão entre o BPI — Banco Português de Investimento, S. A.,
e os Sind. dos Bancários do Norte, do Centro e do Sul e Ilhas ao ACT para o sector bancário**

Aos 30 dias do mês de Novembro de 1995, na sede do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas, compareceram o legal representante do BPI — Banco Português de Investimento, S. A., pessoa colectiva com o número provisório 973475170, com o capital social de 20 000 000 000\$ e sede na Rua do Tenente Valadim, 284, 4100 Porto, e do Dr. Luís Braz Teixeira, e os representantes dos Sindicatos dos Bancários do Centro, do Norte e do Sul e Ilhas, abaixo assinados.

E pelo representante do citado Banco foi declarado que o seu representante adere ao acordo colectivo de trabalho para o sector bancário, publicado no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.º 31, de 22 de Agosto de 1990, com as alterações publicadas no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.ºs 30, de 15 de Agosto de 1991, 31, de 22 de Agosto de 1992, 32, de 29 de Agosto de 1993, e 42, de 15 de Novembro de 1994, com as mesmas alterações e ressalvas produzidas pelo então Banco Português de Investimento, S. A., entretanto transformado na So-

ciiedade BPI-SGPS, quando outorgou naquele instrumento de regulamentação colectiva.

Pelos representantes dos Sindicatos foi declarado que em nome dos seus representados aceitam aquela declaração de adesão nos termos exarados.

Pelo BPI — Banco Português de Investimento, S. A.:

(Assinatura ilegível.)

Pelo Sindicato dos Bancários do Centro:

(Assinatura ilegível.)

Pelo Sindicato dos Bancários do Norte:

(Assinatura ilegível.)

Pelo Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas:

(Assinatura ilegível.)

Entrado em 14 de Junho de 1996.

Depositado em 27 de Junho de 1996, a fl. 11 do livro n.º 8, com o n.º 251/96, nos termos do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, na sua redacção actual.

**Acordo de adesão entre a Rural Informática — Serviços de Informática, S. A.,
e os Sind. dos Bancários do Norte, do Centro e do Sul e Ilhas ao ACT para o sector bancário**

Aos 15 dias do mês de Fevereiro de 1996, na sede do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas, realizou-se uma reunião com a presença de representantes da Rural Informática, S. A., e dos Sindicatos dos Bancários do Centro, do Norte e do Sul e Ilhas.

Pela Rural Informática, S. A., foi declarado que adere à revisão do ACTV do sector bancário, publicado no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.º 2, de 15 de Janeiro de 1996, na totalidade.

Pelos Sindicatos dos Bancários do Centro, do Norte e do Sul e Ilhas foi dito que aceitam o presente acordo de adesão nos precisos termos expressos pela Rural Informática, S. A.

Pela Rural Informática, S. A.:

(Assinatura ilegível.)

Pelo Sindicato dos Bancários do Centro:

(Assinatura ilegível.)

Pelo Sindicato dos Bancários do Norte:

(Assinatura ilegível.)

Pelo Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas:

(Assinatura ilegível.)

Entrado em 14 de Junho de 1996.

Depositado em 27 de Junho de 1996, a fl. 11 do livro n.º 8, com o n.º 250/96, nos termos do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, na sua redacção actual.

Acordo de adesão entre o Banco de Crédito Local de España, S. A., e o Sind. dos Bancários do Sul e Ilhas ao ACT para o sector bancário

Aos 30 dias do mês de Maio de 1996, na sede do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas, realizou-se uma reunião com a presença de representantes do Banco de Crédito Local de España, S. A., e do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas.

Pelo Banco de Crédito Local de España, S. A., foi declarado que adere ao acordo colectivo de trabalho para o sector bancário, publicado no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.º 31, de 22 de Agosto de 1990, com as alterações publicadas no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.ºs 30, de 15 de Agosto de 1991, 31, de 22 de Agosto de 1992, 32, de 29 de Agosto de 1993, 42, de 15 de Novembro de 1994, e 2, de 15 de Janeiro de 1996, na totalidade.

Pelo Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas foi dito que aceita o presente acordo de adesão nos precisos termos expressos pelo Banco de Crédito Local de España, S. A.

Pelo Banco de Crédito Local de España, S. A.:

(Assinatura ilegível.)

Pelo Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas:

(Assinatura ilegível.)

Entrado em 21 de Junho de 1996.

Depositado em 27 de Junho de 1996, a fl. 11 do livro n.º 8, com o n.º 249/96, nos termos do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, na sua redacção actual.

Acordo de adesão entre a M-Valores — Sociedade Financeira de Corretagem, S. A., e os Sind. dos Bancários do Norte, do Centro e do Sul e Ilhas ao ACT para o sector bancário

Aos 23 dias do mês de Abril de 1996, na sede do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas, realizou-se uma reunião com a presença de representantes da M-Valores — Sociedade Financeira de Corretagem, S. A., e dos Sindicatos dos Bancários do Centro, do Norte e do Sul e Ilhas.

Pela M-Valores — Sociedade Financeira de Corretagem, S. A., foi declarado que adere à revisão do ACTV do sector bancário, publicado no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.º 2, de 15 de Janeiro de 1996, na totalidade.

Pelos Sindicatos dos Bancários do Centro, do Norte e do Sul e Ilhas foi dito que aceitam o presente acordo de adesão nos precisos termos expressos pela M-Valores — Sociedade Financeira de Corretagem, S. A.

Pela M-Valores — Sociedade Financeira de Corretagem, S. A.

(Assinaturas ilegíveis.)

Pelo Sindicato dos Bancários do Centro:

(Assinaturas ilegíveis.)

Pelo Sindicato dos Bancários do Norte:

(Assinaturas ilegíveis.)

Pelo Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas:

(Assinaturas ilegíveis.)

Entrado em 14 de Junho de 1996.

Depositado em 27 de Junho de 1996, a fl. 11 do livro n.º 8, com o n.º 248/96, nos termos do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, na sua redacção actual.